UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A CONTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE RECICLAGEM DE LIXO EM GOIÂNIA: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE INCUBADOS E NÃO INCUBADOS

Paulo Alexandre Oliveira de Faria

Orientadora: Prof.ª Dra. Andréa Freire de Lucena

GOIÂNIA,
2014

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Me. Ednei Morais Pereira
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

Paulo Alexandre Oliveira de Faria

A CONTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE RECICLAGEM DE LIXO EM GOIÂNIA: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE INCUBADOS E NÃO INCUBADOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE da Universidade Federal de Goiás – UFG.

Orientadora: Prof.ª Dra. Andréa Freire de Lucena

GOIÂNIA,

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

Faria, Paulo Alexandre Oliveira de
F224c A contabilidade em empreendimentos econômicos solidários de reciclagem de lixo em Goiânia: uma abordagem comparativa entre incubados e não incubados [manuscrito] / Paulo Alexandre Oliveira de Faria. - 2014.
59 f. : grafs. quadros.

Orientadora: Profª. Dra. Andréa Freire de Lucena.
Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, 2014.
Bibliografia.
Inclui gráficos e quadros.

1. Empreendimentos econômicos solidários – Contabilidade 2. Economia solidária 3. Reciclagem de lixo – Contabilidade I. Título.

CDU: 334.752:339.944:657

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A CONTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE RECICLAGEM DE LIXO EM GOIÂNIA: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE INCUBADOS E NÃO INCUBADOS

PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA DE FARIA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca Examinadora:

Andréa Freire de Lucena

Prof.ª Dra. Andréa Freire de Lucena
(Orientadora)

Prof.ª Dra. Cláudia Regina Rosal Carvalho
(Avaliadora)

Prof. Me. Ednei Morais Pereira
(Avaliador)

Julgado em: Goiânia, 02 de julho de 2014

À minha mãe, Maria Helena de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos, primeiramente, vão para o Senhor Jesus Cristo, Redentor meu, pois Ele me amou primeiro (1 João 4:19) e porque dele, por Ele, e para Ele, são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente. Amém (Romanos 11:36).

À família Faria e à família Oliveira, que sempre me amaram e nunca hesitaram em dar-me o que fosse preciso para que me sentisse forte e feliz. À minha mãe, Maria de Oliveira e ao meu pai José de Faria, minha gratidão por tanto amor e abnegação; aos meus irmãos Leopholdo e Fernanda, um grande abraço, pois sei que são companheiros; à minha sobrinha Sophia Sure (Suriquinha), meus melhores sonhos, que de Deus foram nascidos, para que entregue intensamente toda sua vida para Ele e assim não perca jamais o propósito; aos meus avós paternos, Sr. Bertoldo Faria e Sra. Maria de Jesus Faria, que são tão meigos comigo; aos meus falecidos avós maternos, Sr. Azolo de Oliveira, homem de integridade admirável e Sra. Maria Luzia da Cruz, *in memoriam*.

À minha família da fé, como se diz. Ao meu pastor, Lucas Nogueira, por tanto orar por mim e me abençoar com sua vida; ao meu discipulador, Marcos Filipe, por sempre estar ao meu lado; ao meu amigo Pedro Gil, que foi exemplo de conduta no meu caminhar com Deus; aos meus discípulos, filhos amados: Luís Nogueira, Ítalo Sangar, Marta Martins, Ana Cláudia, Lívia Abreu, Carbone Martins, Adriel Menezes, Daniela Augusta, Welliomar Filho, Eduardo Torres e Tatiane Menezes. Aos meus irmãos que fazem dos meus dias momentos de muita paz: Alessandra Ramos; Guilherme Marcório; Jimmy Anthony; Maycon; Rafael; Adriel Ribeiro; Elze Ramos e todos os irmãos da Rede Realidade, em especial aos do Discipulado Re9 (Renove), do qual faço parte. À Géssyca Rocha, por tudo o que já fez por mim e por ser tão leal. Não tenho forma ou palavras para agradecer.

Aos meus amigos que ganhei durante esta jornada, Samantha, Jéssika, Ana Carolina, Nabila e Marília. Eles me motivaram a chegar até aqui, com certeza. A todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica, em especial à Professora e Orientadora Dra. Andréa Freire de Lucena, por tanto me auxiliar na construção deste trabalho, acreditando em mim sem reservas.

Aos bolsistas da Incubadora Social Ícaro, Iviane e Lorena, que me auxiliaram grandemente nas visitas aos EES e me ajudaram nas pesquisas.

À Letícia e Daiane, contadoras da Incubadora Social, que me direcionaram e, mesmo no dia a dia corrido, foram solícitas às minhas dúvidas e perguntas sobre o assunto, me ajudando na coleta de dados da pesquisa.

Aos 118 (cento e dezoito) cooperados dos EES pesquisados que, em tanta simplicidade, não hesitaram em me atender parando suas atividades em meio a tanto trabalho para me dar atenção. Aos diretores de cada EES Elisângela, Dulce, Lourdes, Ana Cláudia, Luís, Lúcia e Milene, agradeço pelo imenso apoio e por tanta paciência.

Aos meus chefes, Dra. Patrícia Dafico e Dr. Rodolfo Dafico, por entenderem as minhas ausências quando tinha que ir a campo realizar as visitas. A eles, meus ternos agradecimentos por acreditarem e me valorizarem. São muito especiais.

“Não é nenhuma vergonha sujar as mãos para praticar a solidariedade.”

(Helgir Girodo)

RESUMO

A Contabilidade e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são os objetos de estudo deste trabalho e, descobrir as semelhanças ou diferenças que existem nos contextos dos EES de reciclagem de lixo que são incubados, por uma Incubadora Social, e dos que não são incubados, na grande Goiânia, é o objetivo da pesquisa. A pesquisa tem natureza qualitativa e o método utilizado foi o comparativo, com uso de técnicas de entrevista, observação direta e análise de documentos. A Contabilidade para os EES não é a tradicional, utilizada para usuários do mercado comum, mas alternativa, simplificada. Os resultados demonstraram que os EES incubados possuem mais instrumentos contábeis disponíveis.

Palavras-chave: Empreendimentos Econômicos Solidários, Contabilidade, Incubadora Social, Reciclagem de Lixo, Economia Solidária.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo para Controle de Caixa.....24
Quadro 2 – Questionário para Cooperados.....33
Quadro 3 – Questionário para Diretoria.....33
Quadro 4 – Questionário sobre Contabilidade.....34
Quadro 5 – Questionário Aberto para os EES.....35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolaridade 37
Gráfico 2 – Informática 38
Gráfico 3 – Pessoal Contábil 39
Gráfico 4 – Precificação 40
Gráfico 5 – Investimentos 40
Gráfico 6 – Estoque 41
Gráfico 7 – Compra e Venda 42
Gráfico 8 – Livro Caixa 43
Gráfico 9 – Balancete e Balanço 44
Gráfico 10 – Sobras do Exercício 45
Gráfico 11 – Folha de Pagamento 46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 14
2.1. Economia Solidária 14
2.1.1. Histórico 14
2.1.2. Conceitos 17
2.1.3. Principais Características 19
2.2. EES e a Contabilidade 22
2.3. Incubadoras Sociais 26
2.3.1. Breve Histórico e Conceituação 26
2.3.2. Incubadoras Sociais em Goiás 27

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 28
3.1. Descrição de metodologias de trabalhos afins 28
3.2. A População dos EES em Goiás 30
3.3. Método e Técnica de Coleta de Dados 32
3.4. Amostra da Pesquisa 35
3.5. Instrumentos de Tabulação 36

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES 36
4.1. Questionários 36
4.2. Entrevistas Abertas 46

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 51

REFERÊNCIAS 53

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária consolidou-se diante de conflitos socioeconômicos que fizeram os trabalhadores repensarem a forma de ver o trabalho. Cronologicamente, a economia solidária firmou-se a partir dos séculos XVIII e XIX. Ela, segundo Singer (2002), foi largamente difundida no período da Primeira Revolução Industrial. A economia solidária, atualmente, se caracteriza pela igualdade de direitos, já que os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham (SINGER, 2008).

A economia solidária, de acordo com Culti (2010), entra em um contraste com a forma atual de viver do ser humano e o seu individualismo competitivo, que pauta-se no consumo. Sguarezi (2011), por sua vez, afirma que a economia solidária é possuidora de um projeto de desenvolvimento local sustentável que procura estimular a criação de grupos de pequeno porte em localidades esquecidas das políticas públicas.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), por atuarem em forma de rede, trazem para a classe dos trabalhadores esperança e liberdade do fardo do despotismo do emprego, que não permite contentamento no trabalho. Os EES têm sido, enquanto organizações socioeconômicas que absorvem indivíduos, um modo de melhorar as condições de seus cooperados. Os EES, entretanto, precisam de um conjunto de instrumentos capaz de inseri-los no sistema de compra, venda e troca.

A contabilidade, neste contexto, pode ser mencionada como um instrumento de gestão essencial. Almeida (2006) defende que a contabilidade tem função social para com os EES. Todavia, ele também destaca a necessidade de se ter mais estudos sobre a relação contabilidade e autogestão. Dessa maneira, poder-se-ia compreender os diversos aspectos da utilização da informação contábil nos EES, tentando diagnosticar os desafios e as demandas deste grupo social.

Goiás, conforme o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), contava com 732 (setecentos e trinta e dois) EES no triênio 2005-2007 (BRASIL, 2013). Em Goiânia, lugar de coleta da amostra para essa monografia, a população de EES de reciclagem de lixo, objeto desta pesquisa, não tem mapeamento confiável que os quantifique, entretanto, sabe-se que eles existem tanto nas áreas urbanas centrais quanto nos subúrbios. Alguns poucos são incubados por incubadoras sociais e outros EES não se submetem às incubadoras ou desconhecem os trabalhos das mesmas.

O objetivo dessa monografia é comparar a prática contábil nos EES de reciclagem de lixo da Grande Goiânia incubados com os não incubados com a finalidade de obter a percepção destes diferentes contextos em relação à Contabilidade. Considerando a relevância

da contabilidade para a economia solidária, no contexto dos empreendimentos econômicos solidários de reciclagem de lixo, da Grande Goiânia, definiu-se a seguinte questão problema: Qual a percepção do papel da contabilidade nos EES de Reciclagem de Lixo incubados e nos não incubados? O método utilizado foi o comparativo, utilizando técnicas como entrevista com questionário de perguntas fechadas e abertas, observação direta e análise de documentação.

O trabalho está dividido em três partes: fundamentação teórica, metodologia e resultados e discussões. Quanto à fundamentação teórica, discorre-se, primeiramente, sobre o contexto histórico da economia solidária para fins de elucidar sua origem. Nessa mesma parte, os conceitos geralmente aceitos para definir economia solidária são destacados e, por fim, destacam-se as suas principais características. Ainda, na categoria da fundamentação teórica, discute-se a respeito da relação existente entre economia solidária e contabilidade e, finalmente, fecha-se esta categoria falando sobre as incubadoras sociais.

Em relação à metodologia, primeiramente, apresenta-se um levantamento de pesquisas realizadas sobre a temática, buscando destacar as metodologias utilizadas pelos principais autores pesquisados. Após essa parte, discute-se sobre a população dos EES do Estado de Goiás, mostrando suas características por meio do mapeamento nacional proveniente do SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária).

O método e as técnicas utilizadas pela pesquisa também são apresentadas, definindo-se os meios pelos quais o trabalho se pautou para colher os dados de análise. Adiante, o trabalho discorre sobre a amostra da pesquisa, enfatizando a abrangência amostral da população em análise e, por derradeiro, apresenta-se os instrumentos de tabulação dos dados e as ferramentas que foram utilizadas para processar as informações recepcionadas. Por fim, na parte de resultados e discussões, apresentam-se os gráficos provenientes dos questionários abertos e fechados que foram aplicados, tanto para os EES incubados quanto para os não incubados, comparando as informações geradas em ambos os contextos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Economia Solidária

2.1.1. Histórico

Sobre a trajetória histórica e cronológica da Economia Solidária, sabe-se que as primeiras expressões desse modelo econômico se deu com os expoentes Robert Owen (1771-1859), Charles Fourier (1772-1827), Claude-Henry de Rouvroy, Conde de Saint Simon

(1760-1825). Robert Owen, por exemplo – diferentemente dos demais ativistas, que se limitaram apenas a exercer literaturas e pensamentos acerca do assunto – fundou em New Lanarck, uma vila escocesa, modelo de vida social com novas propostas que trariam benefícios equitativos aos integrantes. Esse trabalho ele apresenta em sua obra chamada *A new view of society*. Posteriormente, ele testou também suas proposições na colônia de New Harmony, nos Estados Unidos (DIAS, 2011; SINGER, 2003).

Na Inglaterra, primeira metade do século XIX (1844), surge a Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, uma cooperativa de consumo que se expandiu e se tornou uma referência no que diz respeito à estrutura e base de princípios que deram direcionamento ao que se perpetuaria como um modelo cooperativista a ser seguido (BARRETO e DE PAULA, 2009; SINGER, 2003a). Singer (2002) afirma que a Economia Solidária foi uma contrarreação ao capitalismo industrial que regularmente enfrentava crises e disseminava os efeitos destas aos proletariados, que sofriam com o desemprego sistêmico da época. A Primeira Revolução Industrial, portanto, pode ser considerada o berço desse novo modelo autogestionário.

Entretanto, Cavalcante (2011) defende que a citação acima se refere tão somente ao surgimento das cooperativas, que, segundo ele, é uma das mais expressivas iniciativas que compõe a Economia Solidária. O mesmo autor diz ainda que, historicamente, o ser humano, em detrimento de toda sorte de problemas e dificuldades, procura melhorias em suas vidas e tem dificuldade em permanecer em ambientes desfavoráveis. Por isso, segundo ele, não é verdadeiro que a Economia Solidária tenha se formado como oposição aos moldes capitalistas, simplesmente.

Em 1995, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) apresentou uma proposta atualizada e contemporânea dos princípios cooperativistas que corroboraram aos suscitados em Rochdale. A proposta definiu os seguintes princípios: adesão voluntária e aberta; autonomia e independência; cooperação entre as cooperativas; interesse pela comunidade; controle democrático através dos integrantes; participação econômica dos cooperados; educação capacitação e informação (DIAS, 2011).

Cronologicamente, as cooperativas se tornaram um modelo de organização cada vez mais utilizado no mundo. Entretanto, muitos princípios que sustentam esse modelo econômico não são, de fato, observados e com isso, existem muitas cooperativas que têm práticas contrárias aos princípios exigidos.

É muito importante deixar claro que, no Brasil, não existe um marco jurídico que trate e esclareça qual é a organização que especifica os Empreendimentos Econômicos Solidários.

Portanto, os mesmos ainda estão organizados como cooperativas ou associações e é verdadeiro ressaltar que nem toda associação ou cooperativa pratica suas atividades baseadas nos princípios da economia solidária (DIAS, 2011).

Agora, no Brasil, segundo Dias (2011), as primeiras experiências vêm do final do século XIX, com a fundação da Associação Cooperativa dos Empregados, de 1891, em Limeira-SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Camaragibe-PE, de 1894. Logo após, já no início do século XX (1902), surgem, no Rio Grande do Sul, as caixas rurais do modelo *Raiffeisen*, que eram cooperativas de crédito fundadas para atender os agricultores locais.

No ano de 1969 é criada, no Brasil, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), constituído como órgão máximo de representação. A mesma também ajudou em conquistas históricas que auxiliaram a tirar da marginalização extrema o contexto cooperativista, em âmbito legislativo, por meio da Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, promulgando uma Política Nacional de Cooperativismo, instituindo um regime jurídico específico (BAPTISTA, 2012). Em 10 de novembro de 1999, a Lei nº 9.867 normatizou a situação das cooperativas especiais. Porém, conforme Dias (2011), ainda é necessária uma modificação na Lei do Cooperativismo por conta das infinitas mudanças no panorama político desde a instituição da tal lei.

Em meados da década de 80, no Brasil, existiu forte recessão econômica que obrigou os tantos desempregados a buscar maneiras alternativas de se inserirem no trabalho e, com isso, a Economia Solidária conquistou vasto espaço por conta de sua política inclusivista que, para a época, foi oportuna e alcançou o auge da expansão na década de 90 (LAVILLE; GAIGER, 2009; TAUILE, 2009).

À época (década de 90), muitas empresas entraram em fase falimentar, e com isso, para que não perdessem seus trabalhos e suas rendas, os trabalhadores tomavam o controle de forma autogestionária dessas mesmas entidades (regiões Sudeste e Sul do Brasil), a fim de dar continuidade em suas operações (LIMA, 2009). Essas experiências foram chamadas de Empresas Recuperadas por Trabalhadores em Regime de Autogestão. Com o objetivo de ajudar essas novas empresas recuperadas, surgiu a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag) (MARQUES, 2006).

Também na década de 90, surgiram as Incubadoras, que ficaram inicialmente conhecidas como Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). No mesmo período, surgiram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) bem como os Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES). Por fim, em 2003, criou-se a Secretaria Nacional de

Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que, atualmente, se responsabiliza por acompanhar o desenvolvimento da Economia Solidária no país e por fomentar políticas públicas que as desenvolvam.

Por fim, o cooperativismo brasileiro se alastrou tanto nos centros urbanos quanto nas áreas rurais culminando em 13 (treze) atividades diversas atendidas, tais como: consumo, agropecuário, educacional, crédito, habitacional, mineral, produção, especial, trabalho, saúde, transporte, lazer e turismo (BRASILCOOPERATIVO, 2012). Com isso, percebe-se que, hoje, no Brasil as cooperativas de uma forma geral tem certa expressão no mercado, fruto de intervenções históricas. Entretanto, para a análise abrangente dos Empreendimentos de Economia Solidária, objeto de estudo deste trabalho, será necessário entender os conceitos que a Economia Solidária detém.

2.1.2. Conceitos

Para Baptista (2012) e Laville *et al.* (2009), o conceito de Economia Solidária possui variações por conta de sua utilização sob um ponto de vista contrário ao individualismo e ao modelo hegemônico de mercado. Segundo Baptista (2012), as concepções de Laville e Gaiger (2009), Coraggio (2009), Icaza e Tiriba (2009) enfatizam o conceito como um termo surgido na década de 90, proveniente do termo "economia de solidariedade". Esta é uma corrente preconizada por Razeto (1993) e Coraggio (1995).

Contrário a essa corrente, as concepções de Singer (2002), Namorado (2009) e de Souza *et al.* (2003) defendem o conceito tendo por raízes fundamentadas no século XIX, no entremeio da Primeira Revolução Industrial inglesa e francesa, estando ligada à base da economia social (BAPTISTA, 2012). Dias (2011) afirma que Singer (2003b) tem uma concepção de fato social e marxista e dá ênfase aos socialistas utópicos, a saber: Robert Owen e Charles Fourier. Porém, segundo o mesmo autor, Laville e França-Filho (2004) preferem defender que a origem provém da sociologia de Mauss e Polanyi, resgatando a prerrogativa de pluralismo econômico e dando sentido à ideia de mercado autorregulado, defendido pela teoria econômica neoclássica.

Os teóricos se dividem entre essas duas correntes de entendimento conceitual da Economia Solidária e, por isso, é importante deixar claro que o campo teórico da economia solidária hoje se situa em contínua construção e reconstrução (DIAS, 2011; CAVALCANTE, 2011, p. 132). Dentro do campo teórico, percebe-se a existência de algumas expressões como economia popular, economia de trabalho, economia solidária, economia social e

socioeconômica solidária, que mostram uma proximidade conceitual. Estas concepções, segundo Dias (2011) refletem diversos contextos sociais, entretanto, falam de algo comum.

Singer (2003c) defende que economia solidária é um modelo de resgate de órgãos democráticos que refletem o cunho socialista, onde se tem igualdade e democracia como categorias centrais da autogestão. Dias (2011) explica que essa concepção, que diverge de outras como de França Filho e Laville (2004), tem uma percepção que trabalha a intersubjetividade dentro dos empreendimentos, ou seja, a valorização do ser humano enquanto capital principal e não a competitividade individualista e utilitarista do modelo capitalista que vigora.

Icaza e Tiriba (2009) vêm a Economia Solidária em uma concepção de Economia Popular que, por sua vez, denota um conjunto de práticas econômicas que utilizam da força do trabalho coletivo para sanar as necessidades básicas da comunidade, tanto materiais como as intangíveis. Dias (2011) complementa que esta ideia é predominante em trabalhos que analisam regiões empobrecidas e carentes, onde se buscam alternativas de subsistência.

Coraggio (2009) prefere defender a concepção de Economia do Trabalho que, segundo ele, é uma forma de organização da produção em que o trabalhador, por ter autonomia, é sujeito da mesma. Dias (2011) destaca que, diante desta concepção, a economia é vista por uma lógica do trabalho, e não de mercado, onde os grupos de trabalhadores produzem bens e serviços que são consumidos pelos próprios grupos sem se inserir no mercado.

A Economia Social aparece na França e está intimamente ligada ao contexto de crise econômico-social vivenciada ali. Muitos empreendimentos surgiram de massas falidas e do proletariado desempregado. André Guélin defende que a Economia Social é incorporada de produtores de bens e serviços, em que o homem participa espontaneamente, onde o poder não se origina do capital e nem o capital fundamenta os lucros (GUÉLIN, 1998 apud LECHAT, 2002).

França-Filho e Laville (2004) defendem a concepção de Economia Solidária e/ou Economia Plural, que é uma prática que desenvolve a compreensão da economia não apenas pela forma monetária, mas o da economia ser pluralista formada por relações fundamentadas na reciprocidade, domesticidade e redistribuição. Dias (2011) adota particularmente esta formulação de economia solidária, pois, segundo ele, ela conceitua novamente o fato econômico, ampliando o conceito de economia.

Por derradeiro, Arruda (2003) traz uma abordagem de Socioeconomia Solidária que, segundo ele, equivale à Economia Solidária, porém, com uma única diferenciação que é a ênfase no sentido social, que pauta prioritariamente aspectos como: a verdadeira economia;

gestão; o cuidado da casa e os que nela residem. No mais, a Socioeconomia Solidária não possui outros atributos que a distanciam, em significação, da Economia Solidária.

Não é tão simples definir a Economia Solidária, por isso diversos pensadores defendem variadas concepções que conceituam este tipo de economia. Como foi dito antes, estes pensadores acabam por dizer algo em comum, com certa proximidade em suas ideias. Não obstante, apesar disso, existem características que destrincham um pouco o que é a Economia Solidária em sua ideologia e prática e que precisam ser conhecidas, pois, o conceito é apenas uma definição teórica do termo.

2.1.3. Principais Características

As características que fundamentam a Economia Solidária, segundo Singer (2002) e SENAES/MTE (2005), podem ser resumidas em quinze: autogestão, gestão democrática, adesão voluntária e livre, cooperação, intercooperação, centralidade no ser humano, participação econômica dos membros, valorização da diversidade, autonomia e independência, emancipação, valorização do saber local, da cultura e da tecnologia populares, formação e informação, interesse pela comunidade, justiça social na produção e o cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras.

A autogestão significa que os cooperados tomam as decisões conjuntamente e não há a figura do empregador, trazendo o aspecto de que cada um é dono do empreendimento em que participam, fazendo com que o relacionamento e as atividades econômicas combinem propriedade e/ou controle efetivo da produção. Por fim, autogestão traz o significado de autonomia.

Gestão democrática é quando as tomadas de decisões são feitas com base no interesse comum, ou seja, cada um representa um voto. Essa é uma característica que permeia alguns princípios como descentralização, participação e transparência (DOURADO e DUARTE, 2001). A descentralização é a não hierarquização das decisões, ações e administração do empreendimento. A participação fala do envolvimento contínuo da comunidade inserida no negócio e, por fim, a transparência que diz respeito do conhecimento de cada decisão tomada aberta a todos os associados.

A adesão livre e voluntária quer dizer que há liberdade de escolha para qualquer pessoa em se associar. As cooperativas são voluntárias, abertas a todos os indivíduos que estão aptos a utilizarem os seus serviços, se assumindo como membros também responsáveis pelo empreendimento, sem qualquer discriminação social, religiosa, de sexo, racial ou política (SENAES/MTE, 2005; SINGER, 2002).

Cooperação é a participação que traz vantagens ao grupo, sendo a antítese de competição. Também pode ser considerada uma relação baseada na colaboração entre os indivíduos para alcançar os objetivos comuns, utilizando métodos mais ou menos consensuais. A cooperação é vista como um ideal de gestão dos fenômenos interpessoais e das interações humanas (SENAES/MTE, 2005; SINGER, 2002).

A intercooperação, por sua vez, fala da formação de redes para fortalecer o movimento cooperativista, promovendo maior acesso aos bens e serviços. Essa característica faz com que os EES sirvam com mais eficácia aos seus cooperados promovendo o desenvolvimento mútuo entre as cooperativas (SENAES/MTE, 2005; SINGER, 2002).

A centralidade no ser humano significa que para a Economia Solidária as pessoas são o centro, não mais o capital por si só. Esta é uma característica que promove o indivíduo enquanto parte principal do negócio, demonstrando importância pela vida e o bem-estar dos membros, diferenciando o modo solidário de mercado do tradicional modo hegemônico que centraliza o capital e o lucro como agentes principais do negócio.

A Participação econômica dos membros diz respeito às contribuições, devido aos membros, que devem ser repartidas de forma equitativa e as sobras devem ser destinadas para investimentos, benefícios e outros apoios como: criação de reservas, em que pelo menos uma parte fica indivisível; benefícios na proporção de suas transações com o empreendimento e apoio a atividades aprovadas coletivamente em assembleia (SENAES/MTE, 2005; SINGER, 2002).

Valorização da diversidade significa que, nos Empreendimentos, deve haver um respeito mútuo às pluralidades humanas, primando pelo combate a toda forma de discriminação, seja por raça, orientação sexual, orientação religiosa, do caráter feminino, entre outras questões que trazem ou não polêmica ou que expressam diferenças na ordem física ou ideológica.

A característica de autonomia e independência quer dizer que os empreendimentos têm total autonomia e são controlados dessa maneira por seus cooperados, via decisões tomadas em assembleias, defendendo e assegurando, em qualquer hipótese (como acordos com órgãos públicos e/ou privados, organizações, captação de recursos externos, entre outros) que surja, a independência do negócio (SENAES/MTE, 2005; SINGER, 2002).

Emancipação significa libertar pessoas via trabalho solidário. A Economia Solidária é um modo autogestionário em que, por meio das pessoas que a compõem, se constrói uma lógica de trabalho pautada em princípios sociais contrários aos princípios tradicionais, e essa base, para a Economia Solidária, é uma maneira de livrar pessoas que, hoje, estão

marginalizadas pela economia capitalista da prisão da miséria, da falta de recursos, de ausência de dignidade, de ocupação, bem-estar, entre tantos outros atributos necessários ao ser humano (SENAES/MTE, 2005; SINGER, 2002).

A valorização do saber local, da cultura e da tecnologia populares é uma característica que significa que a diversidade cultural faz parte dos Empreendimentos de Economia Solidária e deve ser valorizada por pertencer às bases populares que são a estrutura dos indivíduos que incorporam estes empreendimentos e, portanto, tem lugar assegurado no constante desenvolvimento dos mesmos por ser parte de suas raízes.

Formação e informação significa considerar a educação como um dos pilares de crescimento da sociedade em que, as cooperativas, se comprometem com a formação profissional e com a aprendizagem de seus membros de forma que haja desenvolvimento técnico, intelectual e operacional nos empreendimentos. Quanto ao interesse pela comunidade, esta característica fala do compromisso com o desenvolvimento sustentável das comunidades em que existem a Economia Solidária, atentando para as questões sociais, ambientais e econômicas. Esse desenvolvimento é proveniente da efetividade de políticas aprovadas pelos cooperados nas assembleias (SENAES/MTE, 2005; SINGER, 2002).

Justiça social na produção significa a garantia de uma justa distribuição da riqueza produzida. É uma característica tida como moral e política baseada em igualdade de direitos e na solidariedade coletiva, trazendo uma noção de que, nos moldes tradicionais da economia, existe muita desigualdade e que a justiça social é uma tentativa em melhorar a distribuição de riquezas, cruzando os pilares econômico e social.

Por fim, em relação às principais características da Economia Solidária, existe o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras que significa que os EES também se preocupam com a eficiência social e ambiental, não somente econômica, de suas entidades. Pensando nas gerações que virão, é também atributo da Economia Solidária levar em conta condutas que deem melhores condições de usufruto dos mesmos recursos que hoje se dispõem (SENAES/MTE, 2005; SINGER, 2002).

Estes são os aspectos gerais da Economia Solidária. Porém, um fator muito importante a ser tratado é se os cooperados em si estão preparados para administrar um empreendimento com essas características. Conforme Lima (2007), os empreendimentos econômicos solidários têm em sua maioria pessoas com baixo grau de conhecimento formal e isso torna delicado e complexo o processo de gestão dessas cooperativas. Brasil, Correia de Moura e Cunha (2012) destacam essa dificuldade e sugerem a adoção de formas de combater esta limitação

educacional. A contabilidade tradicional, por exemplo, tem características que, ainda hoje, não são absorvíveis pelos EES por conta dessas limitações.

2.2. EES e a Contabilidade

A respeito da Economia Solidária, o histórico, os conceitos e suas principais características foram tratados no item anterior. O objetivo foi elucidar as bases para entender do que realmente se trata ao falar do assunto, envolvendo aspectos que serão posteriormente citados e abordados para discussão. Almeida (2006) fala do papel social que a Contabilidade possui em relação à gestão da Economia Solidária. Ele defende a existência de um vínculo próximo da Contabilidade com a democracia e a cidadania, uma vez que a Contabilidade lida com usuários que estão inseridos em diversas realidades e que a utilizam para alcançar suas metas e objetivos sejam eles de qualquer espécie.

O mesmo autor explica que uma entidade jurídica, seja ela pública ou privada, não pode nem consegue abster-se da contabilidade enquanto informação. Os modelos de informações (Demonstrativos Financeiros), todavia, estão estabelecidos e estruturados para o atendimento das necessidades de grupos hegemônicos e não costumam levar em consideração as características dos usuários. Por isso, os EES não conseguem usar da utilidade da informação contábil por conta da grande diferença de suas necessidades para as entidades mercantis comuns, objeto central da contabilidade tradicional (ALMEIDA, 2006; ALMEIDA e DANTAS, 2005; COSTA, 2011).

Santana (2008) destaca que conciliar a amplitude das divulgações contábeis com as características e necessidades de cada usuário é o maior problema de evidenciação. Nisso, Almeida (2006) defende que os modelos de demonstrativos precisam focar na realidade social dos trabalhadores e trabalhadoras dos EES, pois os mesmos possuem aspectos diferentes dos empreendimentos convencionais, ressaltando-se a baixa escolaridade porquanto seus associados normalmente não possuem elevado grau de conhecimento formal, tampouco conhecimentos sobre contabilidade (LIMA, 2007).

Sabendo dessas dificuldades e peculiaridades em relação aos EES e a Contabilidade, Michaels (1995) defende que, para a autogestão se desenvolver nesses empreendimentos, são necessários os seguintes aprimoramentos:

a. As Demonstrações Contábeis precisam ser estruturadas visando os cooperados dos EES;
b. Deve-se utilizar gráficos e tabelas para otimizar o entendimento;

c. Devem-se adotar meios de comunicação como boletins mensais com informações financeiras, orçamentárias e contábeis com uma linguagem inteligível para os cooperados;
d. As informações contábeis precisam ser detalhadas;
e. As práticas contábeis devem ser normatizadas por órgão competente ou que estejam inseridas no estatuto da cooperativa;
f. A conceituação em relação à qualidade das informações contábeis, inclusas em CPC 00 e/ou propostas por Hendriksen, deveriam ser observados, ou seja, as informações levantadas precisam ser completas, adequadas e fidedignas.

Acerca da mesma linha de pensamento sobre o que a Contabilidade precisa ter para atender os usuários dos EES, Almeida e Dantas (2005) são incisivos ao afirmarem que, se não fossem estas tantas peculiaridades, a Contabilidade das Cooperativas e a Contabilidade Societária já seriam suficientes. Porém, isso não procede segundo o mesmo autor. Hoje, as cooperativas convencionais são regidas e dirigidas no Brasil sob a normatização do Conselho Federal de Contabilidade, NBC T 10.8, e/ou a Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº. 6.404/76. No entanto, as exigências dessas normas não satisfazem plenamente as necessidades informacionais dos EES, conforme preconiza Almeida (2006). Com isso, Almeida e Dantas (2005) defendem dois modelos de sistemas contábeis que poderão ser aplicados a Economia Solidária.

O modelo de Contabilidade Orçamentária foi proposto por Slomski. Esse modelo, segundo Almeida (2006), pode vir a ser um instrumento útil para a Economia Solidária, pois ele possibilita a socialização do controle de todo o processo de gestão evidenciando aspectos básicos tais como despesas orçamentárias, créditos orçamentários, origens e aplicações de recursos, dotações orçamentárias, entre outros. Este modelo é uma contabilidade de planejamento e orçamento do negócio, pautado em uma planificação para o registro da autogestão.

O modelo de Contabilidade por Fundos divide os recursos do empreendimento em três vias diferentes: i. Os fundos irrestritos, que servem para qualquer finalidade; ii. Os fundos restritos internamente, em que a restrição é estabelecida de forma interna; iii. Os fundos restritos externamente, em que a restrição é operada por agentes externos. Para Almeida e Dantas (2005), a explicação para que esse modelo pudesse ser usado nos EES é que se podem controlar ações, por meio da separação por categorias, e verificar se foram devidamente

cumpridas. Porém, para este modelo de sistema contábil, ressalta Almeida (2006), exige-se estudos e adaptações.

Visto alguns sistemas contábeis que podem ser utilizados, desde que aprimorados, para a realidade dos EES, Lima (2007) reitera que existem limitações por conta da Contabilidade basear-se em registros formais e, com a insuficiência desses registros, a Contabilidade acaba por ter sua capacidade informativa prejudicada. O mesmo autor ressalta que este é um aspecto particularmente importante, pois, nas cooperativas populares não existe uma cultura de formalização. Esse parece ser o cerne da questão entre a Contabilidade e a Economia Solidária.

Lima (2007), divergindo de Michaels (1995), preconiza que não se deve impor aos EES uma Contabilidade complexa, minuciosa, detalhista, mas um Controle Simplificado das movimentações de um modo que sejam suficientes para gerir as cooperativas e dar informações que as ajudem a cumprir suas obrigações legais. Por fim, o mesmo autor esclarece que à medida que o grupo vai se apropriando do conhecimento do instrumento, o mesmo se aperfeiçoará. Coadunando-se com Almeida (2006) e Michaels (1995), Lima (2007) afirma que é muito valioso e necessário ter um sistema de informações contábeis com publicidade, *disclosure*, compreensibilidade que difunda dados que expressem as decisões temporais e coletivas do EES.

Quadro 1 - Modelo para controle de caixa

Data	Descrição	Entrada	Saída	Saldo
	Total			

Saldo Inicial	
+ Total de Entradas	
- Total de Saídas	
= Saldo Final	

Fonte: adaptado de Lima (2007, p. 71).

Há um consenso entre estudiosos a respeito da importância e da necessidade da Contabilidade para Economia Solidária. Acredita-se que hoje os EES necessitam de um controle simplificado e eficiente, respeitando as limitações intrínsecas desse tipo de

cooperativismo. Para Lima (2007) e a INCUBES/UFPB, a Contabilidade precisa falar a língua dos usuários da economia solidária. Lima (2007) faz uma sugestão do modelo básico de controle de caixa para acompanhamento da movimentação financeira atualizada, como se vê no quadro 1.

A INCUBES/UFPB prefere propor um controle mais completo, trazendo instrumentos de acompanhamento de custos do negócio cooperativo. Em sua cartilha contábil, como proposta para os Empreendimentos Econômicos Solidários, ela ensina este acompanhamento de custos da seguinte maneira (AZERÊDO, 2012):

- 1º Passo: o Cálculo dos Investimentos;
- 2º Passo: o Cálculo dos Custos da Produção/Serviços/etc. (aqui se calcula o preço da matéria prima ou serviços utilizados primariamente e o cálculo dos custos variáveis);
- 3º Passo: Cálculo dos custos para manter o funcionamento ou custos fixos;
- 4º Passo: Cálculo do preço de Venda e a Sobra mensal esperada;
- 5º Passo: Cálculo da Margem de Contribuição e o Ponto de Equilíbrio para o negócio.

Ambas as sugestões acima demonstram simplicidade e elas se complementam. O Controle de Custos, ao demonstrar qual política de compra e venda deve ser praticada para que haja rentabilidade e competitividade para seus produtos e/ou serviços, e o Controle de Caixa, que permite resguardar um histórico das movimentações que culmina nas disponibilidades financeiras naquele momento, são importantes para qualquer ramo de negócios. Os dois modelos, por não exigirem tanta formalização tal qual a contabilidade tradicional exige dentro do contexto da Economia Solidária, podem ser trabalhados com mais resultado, e isso é importante, uma vez que os EES precisam de um sistema contábil.

Estes modelos contábeis precisam de um facilitador para ser, de fato, inseridos e ensinados no âmbito da Economia Solidária, pois, como dito anteriormente, existem algumas limitações que dificultam esse processo. Contudo, dentre os organismos que possuem trabalhos junto aos EES, destaca-se as Incubadoras Sociais, cujas atividades estão centralizadas no ensino de práticas de gestão.

2.3. Incubadoras Sociais

2.3.1. Breve Histórico e Conceituação

A primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) do Brasil foi criada no ano de 1995, vinculada ao centro de pós-graduação em engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Após a sua criação, o Governo, em 1998, lançou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). Como consequência, houve a criação de outras incubadoras tecnológicas pelo país (VIEIRA, 2011). A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares surgiu, em março de 1999, com o objetivo de resgatar o papel da Universidade como agente transformador da sociedade.

Para Dubeux (2004), uma Incubadora está no ambiente universitário que serve, em termos internos, para fomentar a produção científica universitária e que contribui para a formação dos acadêmicos e à aplicação prática das pesquisas e da produção de novos saberes; e, em termos externos, ela serve para articular o poder público, as instituições de formação profissional. Para a mesma autora, uma Incubadora acompanha a forma dos grupos populares, dentro de suas dimensões coletivas e pessoais, criando empreendimentos de economia solidária na visão da geração de trabalho e de renda para também reconstruir sua cidadania.

Seguindo uma conceituação que se aproxima de Dubeux (2004), Vieira (2011) defende que o propósito pelo qual as Incubadoras nasceram foi o de desenvolver ações para inserção de grupos marginalizados da economia tradicional e que, por meio delas, estes podem reconquistar suas cidadanias por meio da organização do trabalho. O autor também diz que os trabalhos desenvolvidos pelas Incubadoras nas universidades acontecem na área de extensão, pois a pesquisa e a extensão ampliou a gestão dos Empreendimentos de Economia Solidária.

Pensando na Natureza das Incubadoras Sociais tem-se que, segundo a ANPROTEC (2009), estas se classificam como: organizações públicas ou sem fins lucrativos; organizações acadêmicas; híbridas; privadas e outras. As de cunho público ou sem fins lucrativos se definem por serem financiadas pelo governo ou por órgãos não-governamentais e elas são voltadas para o desenvolvimento econômico, geração de renda, diversificação da economia, entre outras finalidades. As incubadoras da natureza de organização acadêmica compartilham dos mesmos objetivos das incubadoras públicas e privadas, entretanto, buscam desenvolver oportunidades de pesquisa e de negócios a partir das pesquisas feitas nas Instituições de Ensino Superior (IES).

As de natureza híbrida são resultados de parcerias entre setor público, órgãos não-governamentais e setor privado, esta modalidade de incubadora tem benefícios de contar com

financiamento governamental e especialização do setor privado. As Privadas, por sua vez, são controladas por grupos de investidores ou agências e têm por interesse central o retorno financeiro dos investidores e credores, da ampliação tecnológica e aumento no valor de mercado por meio do desenvolvimento de áreas comerciais e afins. Não menos importante, existem incubadoras que não se enquadram nestas naturezas, porém, são apoiadas e fomentadas por outras vias como tribos indígenas, organizações artísticas, igrejas e associações mercantis.

A Incubadora Social, segundo a mesma associação, que faz parte do estudo desta pesquisa, se enquadra como Incubadora de natureza de organizações acadêmicas. Por serem ligadas a universidades e faculdades, mesmo compartilhando os mesmos objetivos das incubadoras públicas e privadas, elas visam ampliar o desenvolvimento, por meio das pesquisas, dos empreendimentos que nela estiverem incubados.

2.3.2. Incubadoras Sociais em Goiás

As Incubadoras Sociais no Estado de Goiás são poucas, as mais conhecidas são as vinculadas à Universidade Federal de Goiás (UFG) e à Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Com o PRONINC de 2007, a Universidade Federal de Goiás, precisamente, implantou a chamada Incubadora Social da UFG que, de forma embrionária, iria trabalhar com três empreendimentos de reciclagem de lixo, mas, com o tempo, a demanda e novas parcerias de financiamento com a SENAES/MTE, a mesma atende, atualmente, empreendimentos tanto na grande Goiânia quanto em cidades do interior do Estado (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, s.d.).

O trabalho dessas Incubadoras Sociais no Estado de Goiás tem crescido e atendido a vários segmentos da economia solidária, alcançando já diversas comunidades, em grande maioria localizada nos centros urbanos e/ou zonas rurais. Existe um processo que a Incubadora Social utiliza para trabalhar os empreendimentos de forma a graduá-los até que possam ter autonomia de gestão. Esse processo constitui-se de três etapas somente:

- Pré-incubação;
- Incubação;
- Desincubação.

Atualmente, a Incubadora Social da UFG – que será utilizada neste estudo – incuba na grande Goiânia oito Empreendimentos Econômicos Solidários especificamente do ramo de

Reciclagem de Lixo. Os mesmos contam com apoio de gestão e assessoria em diversas áreas afins e multidisciplinares que os ajudam a salvaguardar o negócio.

Como preconiza Vieira (2011) e Silva (2010), o papel das incubadoras sociais é acompanhar os cooperados nos processos de decisões, trocando saberes e conhecimentos adquiridos, tanto proveniente da universidade quanto das experiências da incubadora em si, e oferecendo todo aparato físico, técnico e intelectual para que os desafios sejam superados e as forças conjuntamente com as oportunidades sejam otimizadas.

A Contabilidade, como instrumento de gestão, vem sendo trabalhada, pelas incubadoras sociais, nos Empreendimentos de Economia Solidária a partir de controles singulares de entradas e saídas em relação a compras de materiais e serviços e vendas de seus produtos, além de proceder com a folha de pagamento, balancetes mensais, balanço social anual e demonstrativos de sobras do exercício.

Entretanto, a incubadora social da UFG lida apenas com empreendimentos econômicos solidários do ramo de reciclagem de lixo e, nesse contexto, a Contabilidade tem limitações por conta da realidade em que estão inseridos os mesmos. Por conta disso, nem todos os instrumentos contábeis de gestão supracitados, são utilizados, mas, de maneira geral, os EES incubados se beneficiam com assessoria capacitada da Incubadora Social em questão, que os levam a usufruir das informações geradas por cada controle.

Sabendo do papel que a Contabilidade exerce em prol dos EES por intermédio da Incubadora Social UFG, o que se deve buscar é garantir a continuidade do uso deste instrumento. Desta maneira, os EES de reciclagem de lixo incubados poderão conseguir uma autonomia não somente pela autogestão, mas pelo controle de suas informações.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Descrição de metodologias de trabalhos afins

A análise de alguns autores e trabalhos acerca dos procedimentos metodológicos utilizados em pesquisas relacionadas ao tema de Economia Solidária tornou-se necessária, pois a temática é nova. Sobre isso, percebeu-se a existência de vários métodos, estratégias e técnicas que buscam otimizar a maneira e o formato da metodologia de pesquisa para, assim, conseguir os melhores resultados.

Dias (2011), assim como Culti, Koyama e Trindade (2010), utilizaram em seus trabalhos o Método BIRSCH (*Balanced Interative Reducing and Clustering using Hierarchies*) para formar agrupamentos de análise dentro de escopos estabelecidos. Para a

análise quantitativa, Dias (2011) optou por usar o pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for The Social Sciences*) versão 16 para todos os procedimentos da pesquisa. Para a análise qualitativa, o mesmo autor optou pelo Método de Grupo Focal e, por fim, utilizou como método de pesquisa o Estudo de Caso. Baptista (2012), por sua vez, deixou claro que sua pesquisa é Qualitativa Exploratória/Interpretativa. Ele utilizou, como estratégia de pesquisa, o Caso Único Qualitativo Interpretativo, usando de técnicas tais como entrevistas (Grupo Focal, Individual, entre outros modos), análise documental e observação direta.

Andrada (2013), em sua tese, adota como metodologia de pesquisa o Método Etnográfico. Este método consiste em uma análise descritiva das sociedades, principalmente tradicionais e de pequena escala, é de cunho qualitativo e possui como objetivos: entender a visão êmica (uma visão própria do grupo); aprender a partir dos membros de um grupo cultural; descrever uma cultura ou aspectos de uma determinada cultura e compreender a natureza humana.

Pelosi (2013) diz usar o método de Estudo de Caso descritivo-exploratório. Designa-se exploratório por que a pesquisa foi realizada em uma área de conhecimento científico pouco sistematizado e pouco acumulado e trata-se em buscar explorar conceitos, concepções e situações com escassa literatura. O trabalho designa-se descritivo por que busca expor características de determinada amostra, população ou fenômenos. O mesmo autor utilizou por técnicas a documental e a entrevista.

Laporte (2013) prefere fazer sua pesquisa sob a metodologia de Intervenção Sociológica, conhecida também por Método da Sociologia da Ação. Trata-se de um método desenvolvido pelo sociólogo francês Alain Touraine. Ele é pouco difundido no Brasil e tem interessantes características, pois permite que o foco central da pesquisa se desloque do investigador para a ação social investigada e isso eleva o nível da ação estudada. Laporte (2013) utiliza como técnica as entrevistas.

Amorim (2010) utilizou pesquisa documental e bibliográfica. Estas duas formas de pesquisa são atividades que se utilizam da leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos legais, xerocopiados, manuscritos, entre outros, entretanto, a substancial diferença entre as duas maneiras se encontra no caráter das fontes analisadas. Para a pesquisa documental, a fonte de pesquisa são materiais que não receberam tratamento analítico, ao passo que, para a pesquisa bibliográfica, a fonte é de materiais já discutidos e analisados.

Amorim (2010) ainda diz que o caráter de sua metodologia é exploratório, como já se descreveu. A abordagem é de cunho qualitativo e o método que utilizou é o Método Dialético. Este método consiste em reconhecer a dificuldade de se apreender a realidade de forma

objetiva. Por isso, a realidade se edifica diante do investigador por meio de noções de mudança, totalidade e contradição, conforme Diniz (2008).

Por fim, Almeida (2006) defende em sua dissertação o método hipotético-dedutivo. Este método, defendido por Popper (1973), consiste em identificar o problema que se percebe por meio de conflitos e, na tentativa de resolver o problema, precisa-se propor hipótese(s). Entretanto, esta(s) hipótese(s) somente é (são) aceita(s) com o fim de atestar sua falsidade ou veracidade, então se faz testes para esse objetivo, pois as teorias não retratam a realidade de forma conclusiva. Por meio disso, pode-se fazer, por exemplo, previsões para serem aceitas ou contrariadas. O Estudo de Caso é a maneira como Almeida (2006) estrutura sua metodologia, utilizando-se do Grupo Focal.

3.2. A População dos EES em Goiás

Para a análise da população de EES no Estado de Goiás foi utilizado o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) do SENAES/MTE. O Relatório SIES ainda não dispõe de informações tão recentes (o primeiro e ainda único relatório compreendeu o período entre 2005-2007), entretanto, não existe outra fonte confiável que apresente dados contundentes sobre a realidade da economia solidária no Brasil como o SIES.

Contudo, levando em conta os dados descritivos que existem sobre a economia solidária em Goiás e utilizando das interpretações de Culti, Koyama e Trindade (2010), sabe-se que 732 (setecentos e trinta e dois) EES foram mapeados pelo SENAES/MTE e que, a respeito deles, existem algumas características. Culti, Koyama e Trindade (2010) organizam essas características nas seguintes dimensões: organização; atividade econômica; gestão financeira; gestão administrativa; situação de trabalho e sociopolítica.

Para a dimensão de organização, Goiás tem uma população de EES voltada, predominantemente, para o que os autores chamam de grupo/tipologia nº 2 (47%) e nº 3 (39,8%). O grupo nº 2 é formado de EES de todas as idades, sendo os mais jovens os mais corriqueiros. Além disso, esse grupo é composto de cooperativas e associações, tanto de áreas rurais quanto de urbanas e têm tamanhos diversos em relação à quantidade de sócios, geralmente até 10 (dez). O grupo nº 3 é composto de EES bem antigos que surgiram, na maioria dos casos, até 1999. Todos funcionam como associações e estão localizados na zona rural. A quantidade média de sócios nesse grupo varia de 21(vente e um) a 50 (cinquenta).

Prosseguindo para a dimensão da atividade econômica dos EES de Goiás, tem-se que 69,2% se enquadram no grupo nº 2, cuja maneira, segundo Culti, Koyama e Trindade (2010), de comércio de seus produtos e serviços está dividida em vender para revendedores e

atacadistas ou vender diretamente, sendo o primeiro modo mais comum. Na metade dos casos, as vendas se destinam ao mercado municipal e a atividade principal é de cunho agrícola. Os outros 30,8%, que é um número expressivo dos EES em Goiás, formam o grupo nº 1 e a comercialização se dá por venda direta aos consumidores locais e à comunidade em que estão.

Dentro da dimensão de gestão financeira, predomina, com 68,5%, o grupo nº 2, que é o grupo daqueles que não realizaram nenhum tipo de investimento e não tiveram acesso ao crédito. Os demais 31,5% do grupo nº 1 tiveram algum tipo de investimento, porém em grande parte sem acesso ao financiamento ou crédito bancário. Na dimensão gestão administrativa, os EES, em sua maioria, têm características do grupo nº 2 (84,2%), que são aqueles cujo formato tem maior complexidade organizacional, ao passo que os demais se enquadram no grupo nº 1 (15,8%), que possuem mecanismos de direção mais simplificados.

Quanto à dimensão de situação de trabalho, dos 6 (seis) grupos que Culti, Koyama e Trindade (2010) discorrem nesta dimensão, as principais em que os EES de Goiás se enquadram são os grupos nº 2, 3 e 4, respectivamente, com percentuais de 48,8%, 19,5% e 15,8%. O grupo nº 2 é composto de sócios trabalhando diretamente. A maioria absoluta neste grupo não possui não sócios participando do trabalho. O grupo nº 3 também possui sócios trabalhando diretamente, porém a maioria dos EES neste grupo não estava conseguindo remunerá-los e a maior parte não possui não sócios trabalhando. Por fim, o grupo nº 4 é composto de EES cujo quadro de trabalhadores é de sócios e não sócios.

Por derradeira dimensão de análise, tem-se a sociopolítica. Nesta dimensão, os EES do Estado de Goiás, segundo Culti, Koyama e Trindade (2010), estão divididos majoritariamente em dois grupos, o de nº 1 (41,1%) e o de nº 3 (41,4%). No grupo nº 1, os EES possuem engajamento social, participação em fóruns e redes, ações sociais, entre outros; no grupo nº 3, estão os EES cuja característica é uma grande ausência de envolvimento social e de participação em movimentos, fóruns e redes. Em ambos os grupos há preocupação significativa com a qualidade de vida dos clientes e, na maioria, há reaproveitamento ou tratamento dos lixos/resíduos que eles produzem.

No mais, estas são algumas características qualitativas e quantitativas da população de EES do Estado de Goiás. Portanto, reitera-se que são dados que não expressam exatamente a realidade recente, mas que dão respaldo para saber de alguns comportamentos e dinâmicas da economia solidária estadual.

3.3. Método e técnica de coleta de dados

O método comparativo foi o escolhido para esta pesquisa e, segundo Gonzalez (2008), a concepção deste se deve, principalmente, ao trabalho publicado em 1843 de John Stuart Mill intitulado *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*. Mill (1984) explicita os métodos de concordância e de diferença como métodos de experimentação e/ou comparação. Entretanto, o mesmo autor defende que essas técnicas não são aplicáveis às Ciências Sociais.

Discordando de Mill (1984), Durkheim (1987), posteriormente, defende que não há meios de demonstrar que um fenômeno é a causa de outro sem comparar os casos simultaneamente. Dessa maneira, é possível ver as variações apresentadas em diferentes combinações circunstanciais. Durkheim (1987) é enfático ao dizer que, se o pesquisador pode produzir causalidades artificialmente, o método de verificação é a experimentação em si; entretanto, quando o observador não pode produzir os fatos, o método adequado é o da experimentação indireta, ou o método comparativo. Ressalva-se, porém, que Durkheim (1987) entende que a comparação dentro da área científica social será útil e confiável apenas aplicando uma visão das variações concomitantes, pois, segundo ele, é muito dispendioso e improvável encontrar fenômenos sociais em que as igualdades e diferenças tenham apenas um foco.

Este método é o mais adequado ao tipo de pesquisa proposto, pois se busca depreender uma interpretação ou interpretações acerca da realidade de EES incubados e não incubados em relação à contabilidade. O método traz possibilidades de compreender fenômenos e características a respeito dos contextos amostrais submetidos utilizando-se da ferramenta de comparação.

As técnicas utilizadas são entrevistas com questões fechadas e abertas, observação direta e análise de documentação. A entrevista é uma das formas mais importantes para a comparação nas Ciências Sociais. Elas são comuns em pesquisas de ordem científico-social por tratarem de grupos e pessoas; porém, deve-se tomar cuidados, pois quem investiga facilmente pode desarticular a estrutura e a direção da pesquisa, gerando distorções (BRESSAN, 2000).

A observação direta traz benefícios tais como percepções úteis que podem gerar discernimento, fazendo associações com outros dados de outras origens e enriquecendo a pesquisa. Por derradeiro, tem-se a documentação ou análise documental, que junto a outros dados de outras fontes fortalecem indícios, respostas, interpretações, fatos. A análise documental é muito importante e cheia de informações, porém, ela não pode ser aceita como literal (YIN, 1989). Neste trabalho, foram analisados documentos diversos tais como

relatórios, composições, planilhas, demonstrativos, cadernos de controles, entre outros. Para conseguir parte dos dados foram utilizados os questionários de perguntas fechadas.

Quadro 2 – Questionário para Cooperados

COOPERADOS		
	VARIÁVEL	QUANTIDADE
Escolaridade Relativa	Sem ou Pré-escola	
	Ensino Fund. em Curso/Completo	
	Ensino Médio em Curso/Completo	
	Ensino Superior em Curso/Completo	
	Pós-graduação em Curso/Completo	
Acesso a Informática	Sem acesso	
	Com acesso - Sem Curso	
	Com acesso - Com Curso	

Fonte: elaborado pelo autor.

Semelhantemente, o questionário aplicado aos cooperados tem a finalidade de entender o estado socioeducativo dos cooperados de cada EES, fazendo um paralelo entre os incubados e os não incubados, objetos dessa pesquisa. As perguntas abertas, por sua vez, serão aplicadas nos empreendimentos incubados e nos não incubados, e compreendem 8 (oito) questões para os EES incubados e 10 (dez) para os EES não incubados.

Quadro 3 – Questionário para Diretoria

DIREÇÃO		
	VARIÁVEL	CONDIÇÃO
Pessoal Contábil Capacitado	Existência	
	Inexistência	
Estoque	Existência Controle	
	Precariedade/Inexistência Controle	
Precificação dos Produtos	Existência Plano de Custos	
	Existência/Divulgação Plano de Custos	
	Precariedade/Inexistência Plano de Custos	
Investimentos	Existência de Relatório Gerencial Periódico	

CONTINUAÇÃO QUADRO 3		
	Existência/Divulgação de Relatório Gerencial	
	Precariedade/Inexistência de Relatório	

Fonte: elaborado pelo autor.

De mesmo modo, o questionário para a diretoria engloba questões que buscam entender outros modos de controle que são mais simplificados que os instrumentos contábeis tradicionais a seguir. Essas variáveis foram postas para a Direção responder por que ela tem informações adequadas sobre esses processos. Como exemplo, pode-se citar o controle de estoque da produção realizada, que é um instrumento de acompanhamento do volume da estocagem e que, portanto, quem possui esta informação, de forma fidedigna, é a diretoria, nem sempre é o administrativo ou financeiro do EES. Estas variáveis são mais gerais e menos envolvidas com os instrumentos contábeis tradicionais, conforme dito anteriormente.

Quadro 4 – Questionário sobre Contabilidade

VARIÁVEL CONTABILIDADE		
Controle Compras/Vendas	Existência de Controle	
	Existência/Divulgação de Controle	
	Precariedade/Inexistência de Controle	
Livro Caixa	Existência	
	Existência/Divulgação	
	Precariedade/Inexistência	
Balancete / Balanço	Existência	
	Existência/Divulgação	
	Precariedade/Inexistência	
Demonstração das Sobras do Exercício	Existência	
	Existência/Divulgação	
	Precariedade/Inexistência	
Folha de Pagamento	Existência	
	Existência/Divulgação	
	Precariedade/Inexistência	

Fonte: elaborado pelo autor.

Esta parte do questionário sobre os aspectos contábeis de demonstrativos e controles para a gestão dos EES foi aplicado junto ao pessoal administrativo dos empreendimentos incubados por uma incubadora social e também dos não incubados. O objetivo dessas questões é conseguir levantar as diferenças entre os dois tipos de EES para entender como a contabilidade é percebida nestes contextos e eventuais diferenciações, atentando para o papel da incubadora social.

Quadro 5 – Questionário aberto para os EES

1- Como foi o Processo de Criação do EES?
2- O empreendimento tem alguma ligação com Fóruns, Redes? Se positivo, qual(is)?
3- Participam de alguma ação social ou comunitária? Se positivo, como é?
4- Como vocês participam nas decisões do empreendimento? Existem reuniões periódicas? Se sim, como ocorrem? Com que frequência e quem participa?
5- O empreendimento acredita que a Contabilidade é importante para o processo de autogestão da empresa? Por quê?
6- O EES utiliza das informações contábeis (controles, instrumentos diversos, composições) para tomada de decisão? Se não, Por quê?
7- Vocês conhecem o trabalho das Incubadoras Sociais? Se sim, o que pensam a respeito?
8- Já passaram por algum processo de Incubação? Se já, como se deu esse processo e quais foram as influências para o Empreendimento Solidário?
9- Já manifestaram vontade de serem Incubados? Se sim ou não, por quê?
10- Acreditam que as Incubadoras Sociais podem ajuda-los a manterem o negócio ou a melhorarem os rendimentos do EES?

Fonte: elaborado pelo autor.

O questionário com perguntas abertas visa complementar a coleta de dados possibilitando interpretações melhoradas do contexto de cada empreendimento. É importante ressaltar que as questões 8 (oito) e 9 (nove) não foram aplicadas aos EES incubados. As questões supracitadas vão desde questionamento sobre o processo de formação do EES até opiniões a respeito da contabilidade para a economia solidária, bem como sobre as incubadoras sociais enquanto agentes que intermediam a ação contábil.

3.4. Amostra da pesquisa

Esses questionários foram aplicados na primeira quinzena de junho de 2014 em empreendimentos de economia solidária incubados por uma incubadora social em Goiânia-

Goiás, sendo que nesta incubadora existem atualmente 8 (oito) EES incubados, ao passo que nesta pesquisa serão abrangidos 50% deles, ou seja, 4 (quatro) EES. Cabe destacar que todos são do ramo de reciclagem de lixo.

Quanto aos EES não incubados, esta pesquisa aplicou os questionários e realizou as visitas, bem como as análises documentais, em 3 (três) empreendimentos dentro de Goiânia-Goiás em localidades diversas. Todos também são do ramo de reciclagem de lixo.

3.5. Instrumento de tabulação

Para tabular os dados colhidos da pesquisa utilizou-se o programa de análise de dados qualitativos Weft QDA (programa de computação para investigações qualitativas). Para a análise de dados que precisam de tratamento estatístico descritivo, usou-se o *software* Assistat. Cabe destacar que os dois *softwares* são livres. Além deles, utilizou-se o *software* Excel 2007 para planilhas das análises.

O Weft QDA é um *software* estrangeiro, projeto de 2006, para os pesquisadores que precisam tabular dados qualitativos para uma posterior análise. É um programa versátil, em inglês, que aceita arquivos no formato PDF e TXT. Nele, se cria um projeto onde a partir dos dados importados se consegue criar categorias e árvores de categorias, que poderão ser organizados para análise.

O Assistat, por sua vez, é um *software* nacional, criado pelo Prof. Dr. Francisco de Assis da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O mesmo possibilita que pesquisadores possam utilizar de ferramentas estatísticas para analisar dados quantitativos e, posteriormente, interpretá-los. No caso desta pesquisa, o Assistat será usado apenas para estatística descrita, sem realizar testes estatísticos mais complexos. Por fim, o Excel 2007 será utilizado para elaborar planilhas de organização dos dados coletados, para confecção de gráficos e cálculos pertinentes a análise dos resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

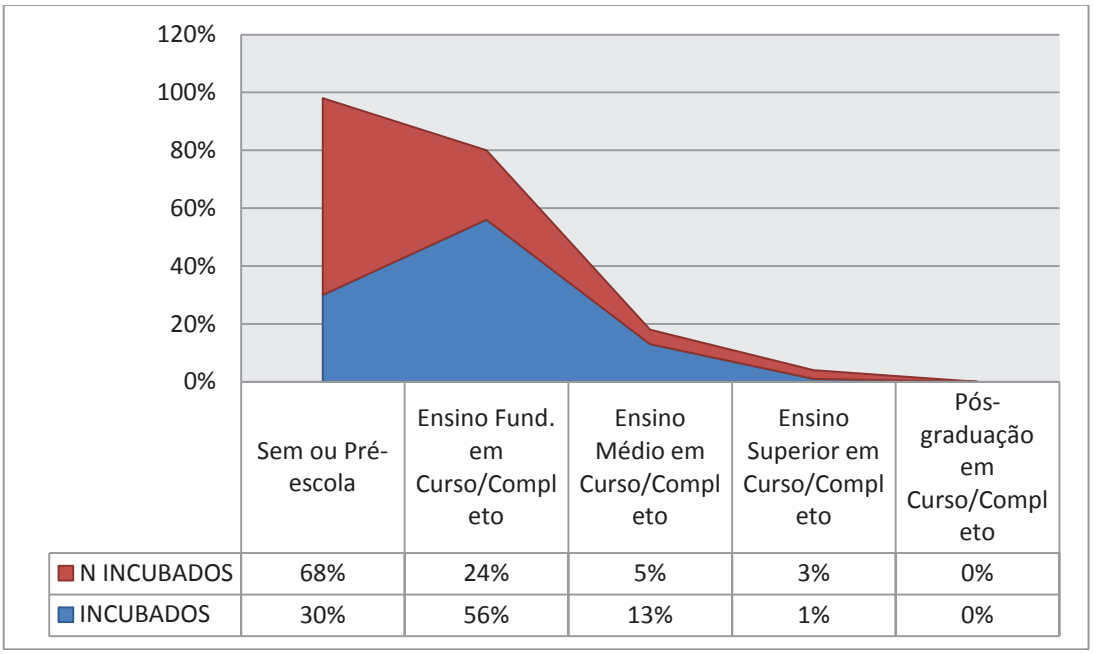
4.1. Questionários

Escolaridade e acesso à informática

A questão social, educativa, cultural e tecnológica, entre outras, são condições para que um Empreendimento Econômico Solidário (EES) se desenvolva. Não parece possível que cooperativas e associações se desenvolvam ou cresçam sem que essas áreas estejam sendo trabalhadas e consideradas. Por isso, nesta pesquisa, buscou-se estudar, primeiramente, o

contexto escolar e o acesso à informática dos integrantes dos EES analisados, tanto incubados quanto não incubados, pois para que os cooperados entendam a contabilidade estes aspectos se fazem pré-requisitos.

Gráfico 1 - Escolaridade

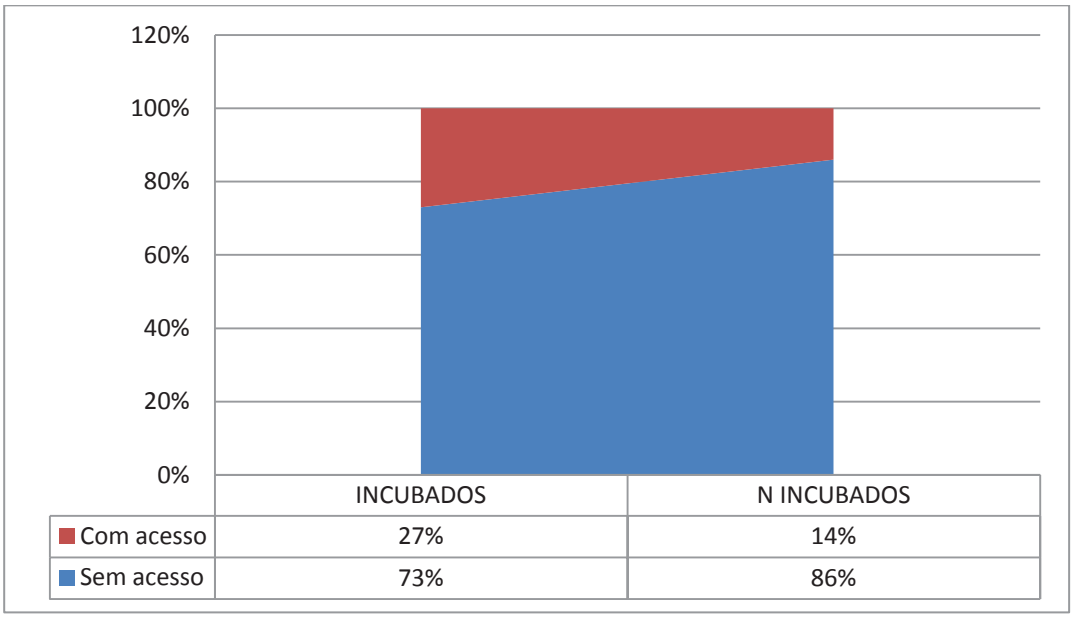


	Sem ou Pré-escola	Ensino Fund. em Curso/Completo	Ensino Médio em Curso/Completo	Ensino Superior em Curso/Completo	Pós-graduação em Curso/Completo
N INCUBADOS	68%	24%	5%	3%	0%
INCUBADOS	30%	56%	13%	1%	0%

Fonte: elaborado pelo autor.

Sobre o gráfico de escolaridade, depreende-se que os EES incubados possuem um corpo de cooperados em que 70%, sabem ler e 30% não tem nenhuma formação educacional ou tem apenas a pré-escola. Comparavelmente, os EES não incubados tem uma realidade precária. Neste caso, 68% alegam não ter nenhum estudo ou apenas a pré-escola e o restante, isto é, 32%, alega ter alguma formação educacional, seja fundamental, médio ou superior. Os EES incubados, portanto, possuem melhores condições de conseguirem aprender conhecimentos de autogestão e, consequentemente, instrumentos de controle contábeis, possibilitando autonomia administrativa e de gestão aos EES.

Gráfico 2 - Informática



Fonte: elaborado pelo autor.

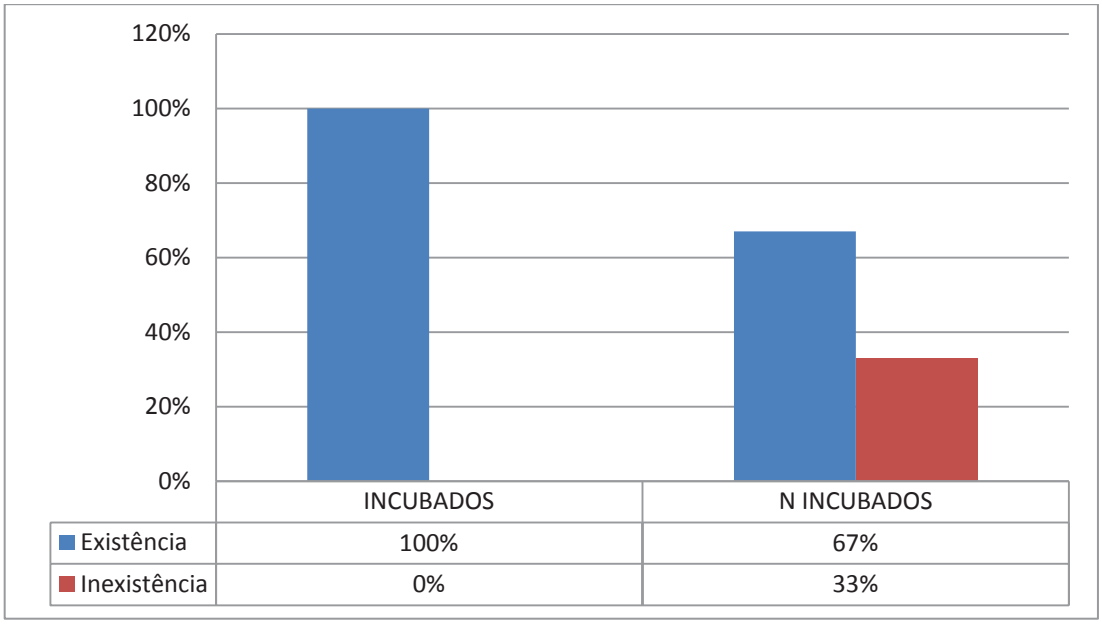
O aspecto "informática" é importante ser analisado por que não se pode falar em contabilidade sem informatização, uma vez que a contabilidade é um sistema de informação. Obviamente, existem controles manuais, não informatizados, entretanto, não se podem privar os EES de ferramentas tecnológicas eficazes, principalmente, na contemporaneidade em que se inserem.

No gráfico 2, percebe-se uma proximidade nas realidades dos EES incubados com os não incubados, tendo cada grupo uma parte majoritariamente sem acesso a informática, ou seja, 73% dos cooperados dos EES incubados e 86% dos cooperados dos EES não incubados, e outra parte, minoritária, principalmente no grupo dos EES não incubados, com acesso, sendo 27% dos participantes dos EES incubados e 14% dos EES não incubados. Diante desta realidade, conjuntamente ao fator "escolaridade", percebe-se um agravo para que a Contabilidade e seus controles sejam eficientes.

Pessoal Contábil

Toda entidade, seja com fins lucrativos ou não, tem uma pessoa ou um grupo contábil responsável pela contabilidade. Para os EES de reciclagem de lixo não é diferente.

Gráfico 3 - Pessoal Contábil



Fonte: elaborado pelo autor.

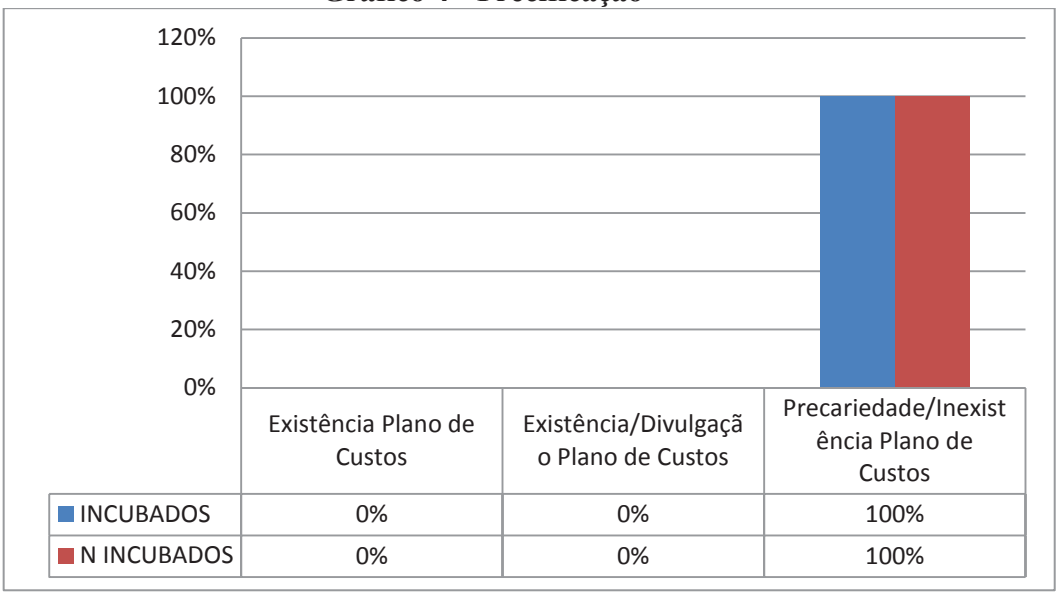
Conforme se percebe no gráfico acima, nos EES incubados, 100% possuem um pessoal contábil que cuida das contas do EES. Isso devido à incubadora social oferecer este aparato profissional e ela mesma dá o suporte contábil para auxiliar seus EES incubados. Em relação ao mesmo fator, a maioria dos EES não incubados, ou seja, 67% possuem contadores particulares, e 33% não possui qualquer aparato profissional para suas contas.

Sobre este aspecto, percebe-se que os EES incubados possuem mais acompanhamento capacitado, possibilitando que eles se desenvolvam de forma mais sólida que os EES não incubados, uma vez que uma parte não possui contadores e outra os possui, porém, particulares, que dão o aparato contábil para a legalização e burocracias externas, entretanto, não dão uma contabilidade gerencial, voltada para as necessidades internas dos EES, como as Incubadoras Sociais procuram fazer.

Precificação

Sobre o Plano de Custos para precificação dos materiais vendidos, os EES, tanto incubados quanto não incubados, alegaram que os compradores, que são poucos, determinam os valores dos materiais, dificultando a situação das cooperativas. Por isso, elas não elaboram um plano de custos, pois a determinação de preços é feita e ajustada pelo mercado.

Gráfico 4 - Precificação



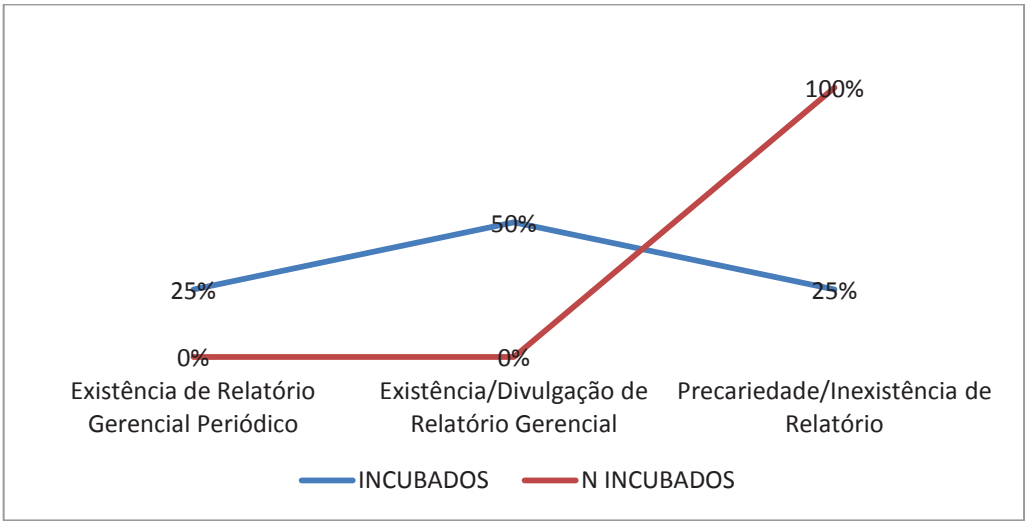
Fonte: elaborado pelo autor.

Ter um plano de custos, entretanto, ajuda o empreendimento conhecer o seu produto e estipular o melhor preço possível. O ponto fraco dos EES de reciclagem de lixo é que eles ainda não conseguem acompanhar o histórico do custo de suas vendas. Assim, eles não conseguem determinar se os preços estão adequados ou não.

Investimentos

Os relatórios de fundos das cooperativas para fins de investimentos, nas próprias sedes, são instrumentos necessários para que haja controle de reservas e previsão para gastos de investimento, sejam de maquinário, de instalações, construções, ampliações e reformas, entre outros.

Gráfico 5 - Investimentos



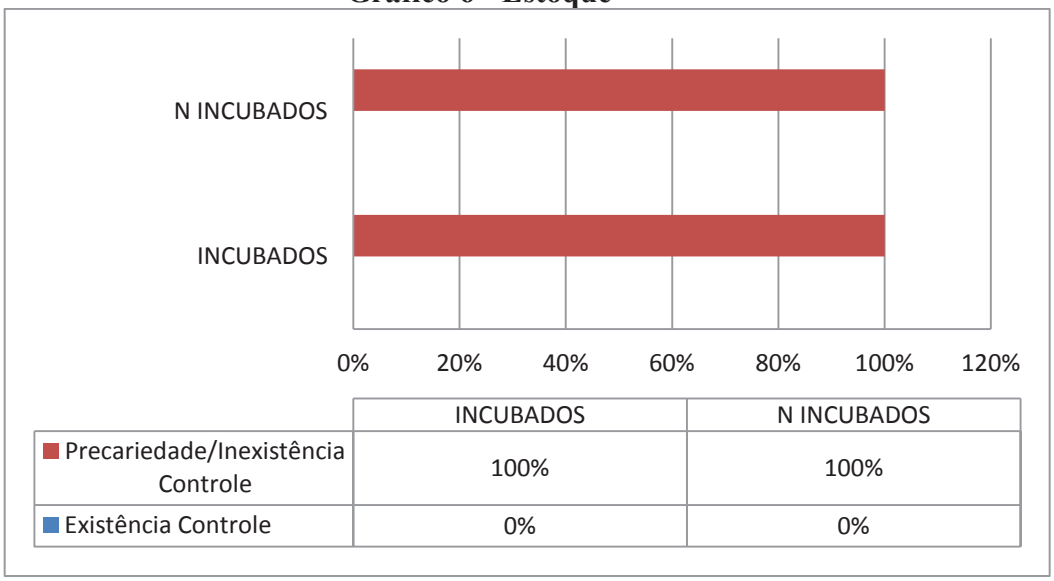
Fonte: elaborado pelo autor.

Diante do gráfico acima, percebe-se que os EES incubados, em percentual de 75%, possuem relatórios com previsão dos fundos de investimento, geralmente recolhidos com o percentual de 5% do faturamento do mês. O gráfico também expressa que 50% dos EES incubados não só tem o relatório, mas o divulgam para os integrantes da cooperativa, demonstrando assim transparência e ligação com a autogestão. Contudo, os EES não incubados demonstraram precariedade ou inexistência, em 100% da amostra analisada, no que diz respeito ao controle de fundos para investimento em seus respectivos estabelecimentos.

Estoque

Em relação ao controle de estoque de materiais recicláveis que chegam ao EES, o máximo de controle encontrado foram cadernos de anotações de dados cadastrais e de datas das entregas. Todos os EES, incubados e não incubados, analisados não apresentaram controle efetivo, o que agrava a credibilidade do controle do que realmente tem saído e sido vendido.

Gráfico 6 - Estoque



	INCUBADOS	N INCUBADOS
Precariedade/Inexistência Controle	100%	100%
Existência Controle	0%	0%

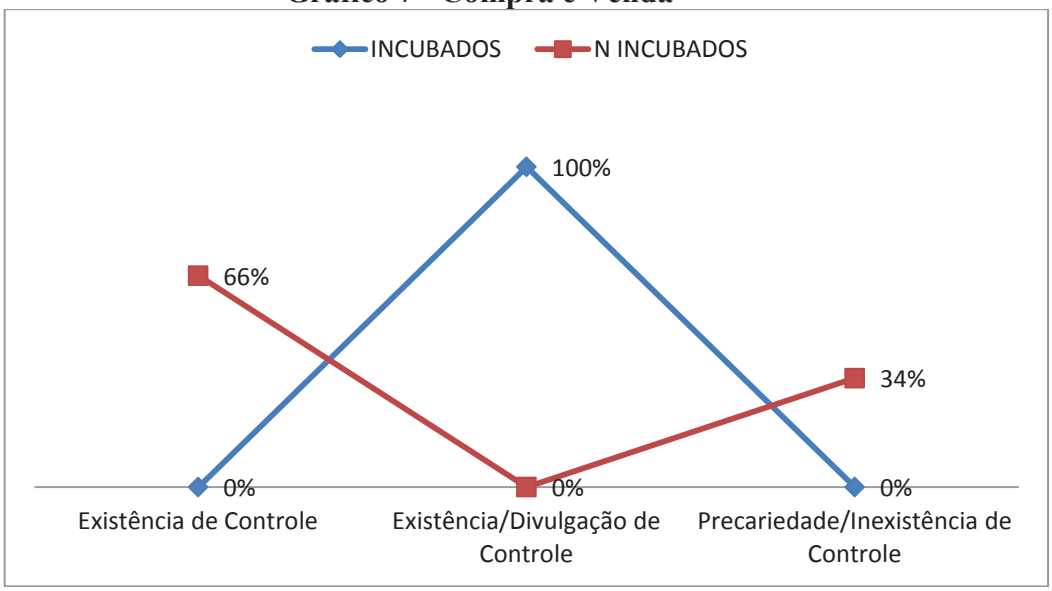
Fonte: elaborado pelo autor.

Ter um controle do estoque, nestes contextos, demonstra gerência da produção das cooperativas de reciclagem. Ainda que os cooperados relatem que não fabriquem nada, mas, apenas separam os resíduos sólidos e os vendem e que, por isso, não precisam de um controle de estoque sabe-se que ter um relatório da quantidade daqueles resíduos, por exemplo, prensados, ao serem pesados e separados, é possível. Os resíduos sólidos coletados, mediante o processo de reciclagem, podem ser organizados e controlados, normalmente.

Compra e Venda

Os controles de compra e venda para os EES de reciclagem se fazem necessários por conta da documentação comprobatória dessas transações. Geralmente, este controle se dá pela recepção de documento fiscal ou recibo quando da compra de materiais específicos, bens imobilizados, maquinário, entre outros, ainda que não comprem sua matéria-prima, ou emissão de recibos quando da venda, neste caso, recibos, por que os EES não emitem nota fiscal.

Gráfico 7 - Compra e Venda



Fonte: elaborado pelo autor.

Todos os EES incubados, de acordo com o gráfico acima, possuem controle das compras e das vendas que são transacionadas e, além disso, divulgam seus controles aos cooperados. Este aspecto é significante, pois quer dizer que tudo o que entra e sai na cooperativa tem respaldo documental e comprobatório.

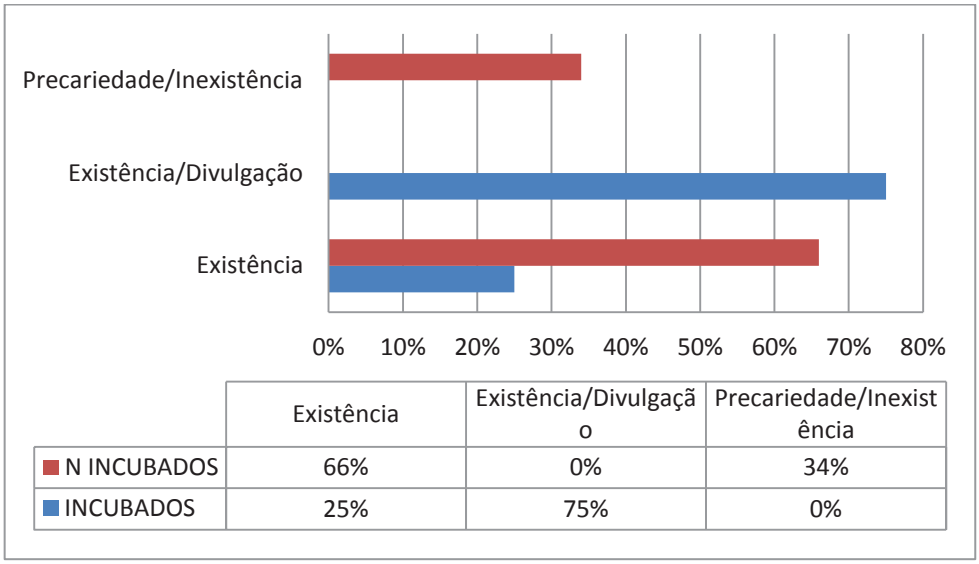
Para os EES não incubados, vê-se que 66% dos empreendimentos da amostra possuem o controle documental das compras e vendas, porém, nada disso é disponibilizado aos participantes da cooperativa, e 34% da amostra não possui este controle, denotando ausência de documentação que mostre, por exemplo, o faturamento da cooperativa, privando a mesma de credibilidade em suas contas.

Livro Caixa

O controle de fluxos de caixa de uma entidade é importante por que permite que a mesma saiba sempre ao final de um expediente quanto entrou com receitas e quanto saiu com

gastos, sejam eles para despesas, custos ou investimentos. Ao final de cada período, pode-se ter a quantia exata, comparar com outros períodos e analisar como está a entidade nos aspectos de vendas, gastos, entre outros.

Gráfico 8 - Livro Caixa



	Existência	Existência/Divulgação	Precariedade/Inexistência
N INCUBADOS	66%	0%	34%
INCUBADOS	25%	75%	0%

Fonte: elaborado pelo autor.

Os EES incubados obtiveram a frequência de 100% de existência do instrumento de livro caixa em suas cooperativas, com a ressalva de que apenas 25% não divulgavam ou discutiam o livro caixa nas assembleias, instrumento muito importante para a atividade de uma cooperativa de reciclagem de lixo por conta da transparência que a autogestão exige. 66% dos EES não incubados, por sua vez, possuem um instrumento de livro caixa de entradas e saídas. Porém, 34% não tem este instrumento contábil de controle. Isto aponta para uma falha contábil, uma vez que sua ausência tira a credibilidade dos saldos apresentados e possibilita ações fraudulentas e geração de informação assimétrica para minorias.

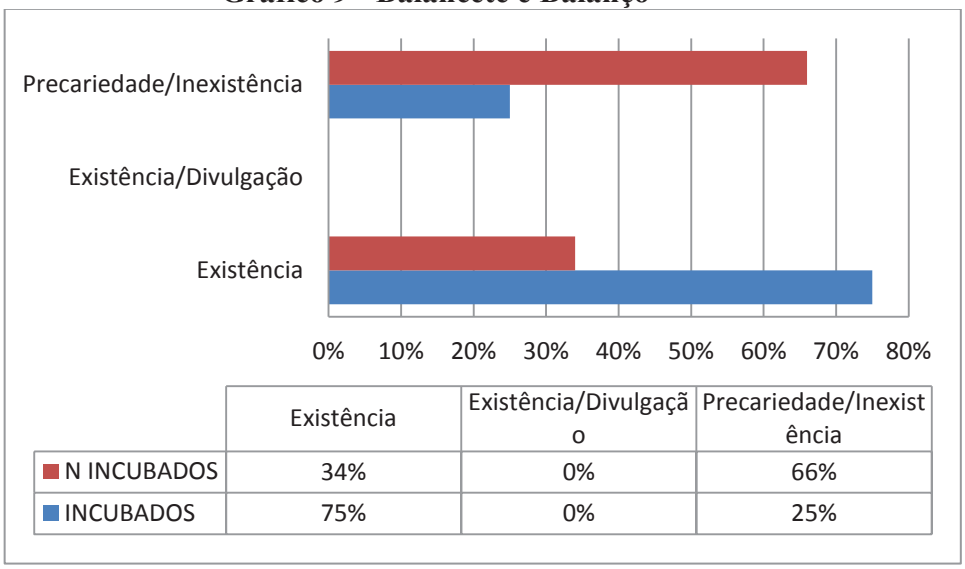
Os EES incubados possuem mais controle de suas entradas e saídas e conseguem se sobressair por conta da ampla divulgação do livro caixa para seus cooperados, pautado em 75%. Essa característica de transparência diz respeito a possível valorização da atuação democrática dos integrantes dos EES em questão.

Balancete e Balanço

O balanço ou balancete é um instrumento contábil que fornece informações sobre ativo, passivo e patrimônio líquido da entidade. Para os EES, esse instrumento é preciso por conta das decisões que devem ser tomadas no empreendimento, como em qualquer outra empresa, com fins lucrativos ou não. 75% dos EES incubados, de acordo com o gráfico

abaixo, realizam a confecção de balancetes ou balanços de suas atividades, apesar de em nenhum haver divulgação aos cooperados e 25% não confeccionarem o balancete. 66% dos EES não incubados não fazem o balancete de suas atividades ou o fazem precariamente e 34% fazem.

Gráfico 9 - Balancete e Balanço



	Existência	Existência/Divulgação	Precariedade/Inexistência
N INCUBADOS	34%	0%	66%
INCUBADOS	75%	0%	25%

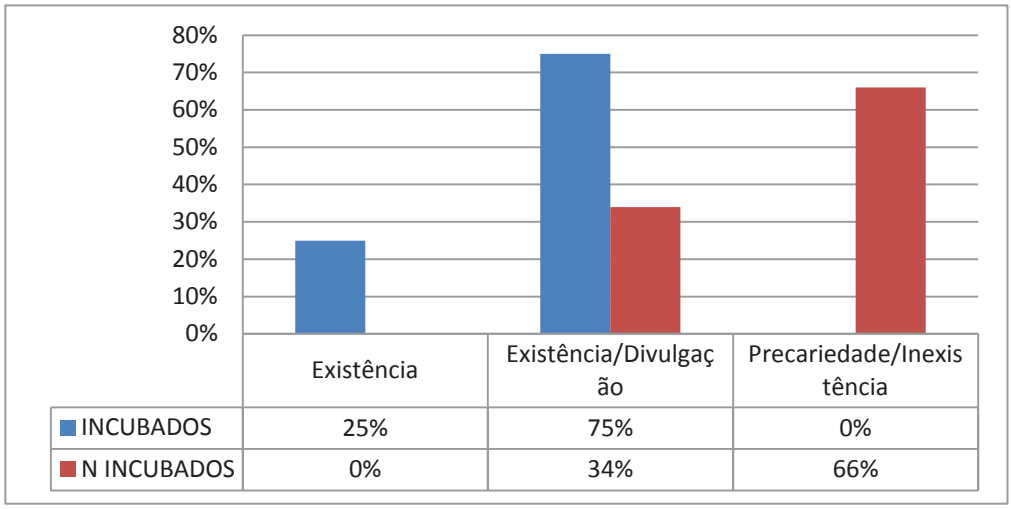
Fonte: elaborado pelo autor.

Com isso, percebe-se que os EES incubados, em suma, têm mais condições de tomar decisões assertivas se levado em consideração a confecção do balancete, por conta do instrumento possibilitar informações importantes sobre o negócio. Infelizmente, não há divulgação dos mesmos, o que fere o princípio de autogestão.

Sobras do Exercício

Acerca do que sobra para rateio entre os cooperados, espera-se que os empreendimentos tenham um demonstrativo financeiro de sobras do exercício. Este instrumento contábil possibilita informar aos cooperados do EES quanto se produziu de receita para distribuição naquele período ou exercício. Com isso, o cooperado sabe o quanto lhe é devido e a entidade se faz transparente e democraticamente gestionária.

Gráfico 10 - Sobras do Exercício



Fonte: elaborado pelo autor.

O gráfico 10 mostra que 100% dos EES incubados tinham demonstrativo das sobras do exercício, sendo que 75% dos EES divulgam o instrumento contábil aos seus cooperados e 25% apenas tinham o relatório, mas não debatiam nem o apresentavam em assembleia. Os EES não incubados apresentaram um percentual de 66% de inexistência do instrumento e apenas 34% com existência do mesmo.

Com isso, observa-se que os EES incubados possuem mais organização e controle em relação à receita produzida pelo empreendimento, possuindo mais credibilidade e solidez em suas contas. A ausência ou precariedade do demonstrativo de sobras do exercício dificulta a percepção do quanto o empreendimento tem produzido de receita ao passar do tempo e, com isso, ele tem dificuldade de acompanhar o seu crescimento e de tomar decisões, bem como de fornecer documentação a órgãos diversos.

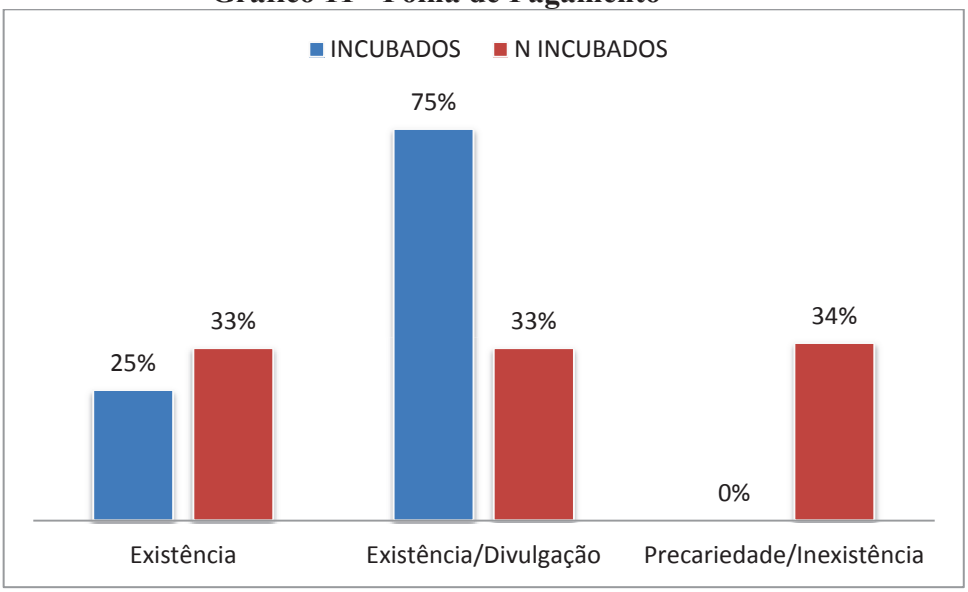
Folha de Pagamento

A folha de pagamento é um instrumento necessário para controlar e ratificar os pagamentos e os repasses aos cooperados, mediante as sobras de determinado exercício. Com este controle, o EES tem respaldo em relação aos efeitos comprobatórios dos salários dos cooperados, evitando problemas para a entidade.

A maioria dos EES incubados, de acordo com o gráfico abaixo, ou 75%, apresenta folha de pagamento e realiza sua respectiva divulgação aos cooperados em forma de relatório de salários. Outros 25% apenas tem o instrumento, porém, não o divulgam em assembleias e reuniões da cooperativa. Nos EES não incubados, por sua vez, 66% possuem o instrumento e 34 % não. Ainda sobre os EES não incubados, dos que possuem o instrumento de folha de

pagamento, 33% alegam divulgar em assembleia para seus cooperados e 33% alegam apenas ter o instrumento.

Gráfico 11 - Folha de Pagamento



Fonte: elaborado pelo autor.

Com isso, verifica-se que os EES incubados possuem melhor controle da folha de pagamento de seus cooperados, tendo mais credibilidade e segurança quando se trata dos recursos humanos da cooperativa e coibindo, assim, eventuais problemas que possam envolver o rateio das sobras e as situações relacionadas aos repasses.

4.2. Entrevistas Abertas

Tomadas de decisões e a Contabilidade nos EES

Para depreender melhor a realidade e o contexto dos EES, incubados e não incubados, em relação à Contabilidade, realizou-se entrevistas com perguntas abertas para observar outras características passíveis de comparação entre os grupos. Dentre essas características, procurou-se verificar as tomadas de decisões e a contabilidade como base para elas. Sobre isso, indagou-se: como vocês participam nas decisões do empreendimento? Existem reuniões periódicas? Se existem reuniões periódicas, como elas ocorrem? Com que frequência? Quem participa?

Complementarmente às perguntas anteriores, com o intuito de verificar se os EES incubados e não incubados utilizam dos instrumentos contábeis para tomada de decisão, fez-se as seguintes perguntas: o EES utiliza das informações contábeis (controles, instrumentos diversos, composições) para tomada de decisão? Se não, Por quê?

Em determinado EES incubado, certo cooperado disse em relação à primeira pergunta: "*nós temos reuniões toda semana. A gente toma as decisões todo mundo junto, ninguém tem mais voz que o outro. Aqui é assim que a gente faz*" [Entrevistado 2]. Ratificando a impressão sobre o quesito de tomada de decisões, outro EES incubado, em relação à segunda pergunta, disse: "*utilizamos sim e temos parcerias que precisamos ter estes instrumentos por que não dá pra conseguir recursos, projetos, planejamentos, programas, sem estar em dias com as documentações que a Contabilidade nos ajuda a fazer*" [Entrevistado 1].

Verificou-se que os EES incubados defendem tomar suas decisões em assembleias com todos os cooperados usando os instrumentos contábeis e relatórios. Essas ações dão respaldo às decisões dos empreendimentos, possibilitando melhores resultados, geram mais confiança entre os cooperados e garantem a participação democrática, culminando em uma melhor autogestão.

Em relação à primeira pergunta, um EES não incubado respondeu: "*existem reuniões periódicas e todos participam para tomar as decisões que beneficiem a nossa cooperativa. Não há nada feito aqui que não tenha vindo das assembleias*" [Entrevistado 5]. Ao passo que outro EES, contrariamente, disse: "*aqui nem todos tomam as decisões. Eu, geralmente, tomo as decisões sozinho*" [Entrevistado 4].

Sobre a segunda pergunta tratada, um EES não incubado afirmou: "*tomamos as decisões em assembleia. Os documentos contábeis para nós são apenas para controle, não para tomar decisões*" [Entrevistado 5]. Complementando, outro EES relatou que: "*no momento, de alguns meses para cá, estamos focados na Construção do nosso Galpão e estamos falhos nisso. A gente precisa voltar a utilizar os documentos contábeis pra controlar, juntamente, com o cooperado*" [Entrevistado 7].

Os EES não incubados relatam tomar decisões conjuntamente em assembleia com todos os cooperados, entretanto, quando indagados sobre tomarem ou não as decisões com respaldo nos relatórios contábeis, instrumentos, composições, entre outros, os mesmos defendem que a Contabilidade é apenas para legalizar e controlar e não para tomar decisões. Apenas uma reconhece a importância, mas reconhece que a cooperativa tem falhado em tomar os controles para as decisões em assembleia.

A Contabilidade para a autogestão

Sobre esta questão, a pesquisa tentou analisar o que pensam os EES, incubados e não incubados, sobre a contabilidade para a autogestão. Fez-se aos EES da amostra o seguinte

questionamento: você, como cooperado do EES, acredita que a Contabilidade é importante para o processo de autogestão da empresa? Por quê?

Em relação à pergunta supracitada, certo EES incubado disse que: "*é muito importante. O catador é desconfiado. Mesmo com a prestação de contas eles têm algum resquício de desconfiança. A Contabilidade nos traz transparência e confiança*" [Entrevistado 1]. Outro, por sua vez, relatou que: "*é o mais importante. Mesmo que você tenha o controle você já passa por ladra, imagina se não tivesse. Tudo, até pra comprar uma balinha eu compro com documento fiscal. Eu faço questão de uma Contabilidade sadia. Às vezes, até quando estou em casa começo a olhar as contas pra ver se tudo está batendo*" [Entrevistado 3].

Por fim, adicionalmente, mais um EES incubado afirmou: "*sim, principalmente na questão da transparência e da credibilidade para o negócio. A contabilidade é muito importante para o controle, o faturamento, as despesas. Ela nos dá a possibilidade de sermos legais perante os órgãos que temos de prestar contas e quando precisamos de documentos ela nos ajuda*" [Entrevistado 6].

Sobre a questão da Contabilidade e da Autogestão, os EES incubados demonstraram que acreditam na importância da contabilidade para este fim, pois ela dá transparência, confiabilidade e credibilidade, características estas muito valorizadas e necessárias nos EES por conta da autogestão dos cooperados. No mais, vê-se, no contexto dos EES incubados, a ideia de que a Contabilidade controla, organiza, comprova, respalda o negócio.

Sobre a mesma pergunta, um EES não incubado declarou: "*Temos que fazer as prestações de contas e a contabilidade nos dá credibilidade"* [Entrevistado 5]. Outro não incubado afirmou: "*não acho necessária a Contabilidade. Só quando a gente for de maior tamanho. No momento, não somos nem precisamos disso*" [Entrevistado 4]. Um último ainda destacou: "*em primeiro lugar nada vai pra frente se a gente não sabe quanto custa, quanto vale. Temos que saber da base pra planejar os investimentos. Precisamos do controle de tudo, como vamos pagar um cooperado, as despesas e como vamos lidar com a fiscalização se não tivemos a Contabilidade?*" [Entrevistado 7].

Para os EES não incubados, verifica-se a existência de mentalidades diversificadas, heterogêneas. Dois dos EES analisados possuem a mesma ideia que os EES incubados, porém, ambas não utilizam os instrumentos contábeis para tomada de decisão e um dos EES sequer considera a contabilidade como necessária para o empreendimento. Existe aqui, talvez, uma fragilidade na percepção do papel da contabilidade em relação aos EES.

As Incubadoras Sociais

As incubadoras sociais são fundamentais para esta pesquisa e, por isso, foi necessário questionar aos EES sobre o que significava o trabalho das incubadoras para os empreendimentos e se eles acreditavam que as incubadoras podem, de fato, ajudá-los. Não obstante, para os EES não incubados, se adicionou duas outras perguntas, uma sobre se foram anteriormente incubados e outra se há manifestação de interesse em serem incubados.

Primeiramente, indagou-se: vocês conhecem o trabalho das incubadoras sociais? Se sim, o que pensam a respeito? Os EES incubados responderam que "*o papel da incubadora é muito importante [...] crescemos e avançamos com a ajuda da incubadora"* [Entrevistado 1]. *"Eles incubam, nos capacitam, dão cursos"* [Entrevistado 2]. *"Se não fosse a Incubadora isso aqui não existia não! Acho que a incubadora nos dá apoio na autogestão, na contabilidade, ela esclarece nossas dúvidas, ministram minicursos*" [Entrevistado 3].

Em relação à opinião das cooperativas sobre o papel das incubadoras sociais e seu trabalho não existem divergências. Os EES incubados são categóricos em expressarem uma opinião grata, são unânimes em dizer que a incubadora é muito importante para suas cooperativas.

Os EES não incubados responderam a mesma pergunta da seguinte forma: "*a gente acha importante, porém tem muita burocracia, acaba que não são eficientes*" [Entrevistado 5]. "*Nunca ouvi falar de Incubadora"* [Entrevistado 4]. "*Não concordamos com a ineficiência da incubadora, por exemplo, a prestação de contas, inicialmente, não foi aceita as contas de nenhuma cooperativa incubada, somente nós conseguimos [...] a autogestão não é feita na incubadora, pois nessas cooperativas é a incubadora que faz tudo*" [Entrevistado 7].

Com isso, percebe-se que os EES não incubados possuem posicionamentos mais controversos. Um empreendimento diz nem saber o que é uma incubadora social, muito menos o que ela faz. Duas atacam dizendo que o trabalho da incubadora não é eficiente. Uma delas vai adiante e declara que a incubadora social, na verdade, deturpa a autogestão, fazendo ela tudo pelas cooperativas, o que, na concepção, do empreendimento não é saudável.

Para verificar se os EES, incubados e não incubados, acreditam que a incubadora social pode ajudar os empreendimentos, indagou-se: vocês acreditam que as incubadoras sociais podem ajudá-los a manterem o negócio ou a melhorarem os rendimentos do EES?

Os EES incubados deram as seguintes contribuições: "*A incubadora dá muito ensino pra gente. A importância de uma Incubadora hoje são os projetos, a captação de recursos. A Incubadora tem ajudado muito a gente a trabalhar em rede e ajudar no nivelamento"*

[Entrevistado 1]. *"Eles ensinam muito a gente, por isso, que é muito importante o papel da incubadora para nossa cooperativa"* [Entrevistado 2]. "*Se não fosse a Incubadora a gente não tinha condições de ter crescido"* [Entrevistado 3]. *"com toda certeza, pois elas têm toda credibilidade"* [Entrevistado 6].

Sobre a mesma questão, os EES não incubados responderam: "*acreditamos que sim, pois muitos empreendimentos são deficitários e não conseguem projetos nem se organizam bem"* [Entrevistado 5]. "*Acredito sim. Acho que tudo que vem pra ajudar é bom para o negócio"* [Entrevistado 4]. "*Quando tivemos a crise dos recicláveis, por exemplo, a incubadora e as cooperativas incubadas nem sequer foram lutar para conseguirmos de volta a quantidade de caminhões que tínhamos antes*" [Entrevistado 7].

Sobre se acreditam que a incubadora social pode ajudar os EES, percebeu-se unanimidade nas respostas dos EES incubados, ratificando sua influência positiva. Os EES não incubados se diversificam, uma vez que dois EES alegam que a incubadora pode, sim, ajudar os EES, ao passo que um EES não incubado discorda e alega que a mesma não pode ajudar as cooperativas por que ela dá tudo e não ensinam as mesmas a conquistarem, apesar de reconhecer que a incubadora tem conseguido desenvolver, de alguma forma, seus empreendimentos incubados.

Ainda sobre incubadora social restam duas indagações que foram feitas para os EES não incubados: já passaram por algum processo de Incubação? Se já, como se deu esse processo e quais foram os benefícios?

O primeiro EES não incubado entrevistado relatou: "*já fomos incubados. Eles nos ensinaram o que é autogestão"* [Entrevistado 5]. Outro EES entrevistado afirmou: "*fomos incubados por 2 anos. Houve influências boas e ruins nessa passagem. A boa é que vieram professores capacitados para ajudar a gente em suas áreas. O ruim foi que eles não ajudavam, traziam informações obsoletas, as coisas não fluíam*" [Entrevistado 7].

Dentro da amostra analisada, a maioria já passou por incubação em uma incubadora social e apenas um EES nunca passou por incubação. Os que alegam terem sido incubados no passado falam sobre as influências positivas, entretanto, um deles defende que não houve tanta ajuda, que as informações eram ineficazes e que houve desunião entre as cooperativas, representando assim uma experiência mais negativa que positiva.

A última indagação feita aos EES não incubados foi: já manifestaram vontade de serem incubados? Se sim ou não, por quê? A primeira EES afirmou: "*Estamos em tramitação para sermos novamente incubados por causa do apoio que podem nos dar"* [Entrevistado 5]. A

segunda disse: "*Não. Por que nem conheço isso*" [Entrevistado 4]. A última destacou: "*não, mas por conta das divergências com a incubadora social*" [Entrevistado 7].

A respeito deste último questionamento percebeu-se que os EES não incubados se diversificam novamente. A maioria da amostra analisada responde que não tem interesse em ser incubado. Um por conta do desconhecimento e outro por conta de divergências de concepções e pensamentos sobre como a incubadora lida com certas questões e situações. Apenas um EES deu resposta afirmativa e, além disso, já tem processo em tramitação para ser novamente incubado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi verificar, de forma comparativa, a presença da Contabilidade nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) incubados e não incubados e interpretar fenômenos que se assemelham ou se diferenciam em ambos os contextos. Os EES incubados, de forma geral, têm uma contabilidade mais consolidada, pois a maioria possui "pessoal contábil", "investimentos", "compra e venda", "livro caixa", "balancete e balanço", "sobras do exercício" e "folha de pagamento".

Os EES não incubados demonstraram resultados semelhantes aos EES incubados nas variáveis "estoque" e "precificação" por que, nestas variáveis, nenhum dos grupos respondeu afirmativamente à existência destes controles, mostrando duas fragilidades concomitantes. Apesar de os dois grupos pesquisados terem certa semelhança quanto aos aspectos de escolaridade e informatização dos cooperados, verificou-se a existência de diferenças em relação aos controles contábeis, levando em conta a presença da incubação como diferencial entre os grupos.

Sobre os resultados, notou-se que o relatório financeiro de "investimentos", por exemplo, obteve expressiva discrepância entre os grupos em relação a sua existência nos EES, pois nenhum EES não incubado respondeu utilizá-lo, ao passo que 25% dos EES incubados disseram não utilizá-lo. Em relação a "compras e vendas", somente os EES incubados disseram controlar, seja recibos, cupons ou notas fiscais.

A respeito do instrumento "livro caixa", todos os EES incubados disseram tê-lo e 75% alegaram divulgá-lo entre os cooperados, ao passo que 66% dos EES não incubados disseram apenas tê-lo, entretanto, nenhum alegou divulgá-lo. Sobre o instrumento "balancete e balanço", a maioria dos EES não incubados alegou não possuir e, ao contrário, os EES incubados disseram possuí-lo, porém, sem divulgarem aos seus cooperados.

Em relação ao demonstrativo de “sobras do exercício”, todos os EES incubados responderam utilizá-lo, sendo que 75 % afirmaram divulgá-lo entre os cooperados, contudo, os EES não incubados afirmaram não utilizá-lo. A “folha de pagamento”, segundo os EES incubados, existe e 75% fazem sua divulgação. Para os EES não incubados, a folha de pagamento não existe.

Sobre as questões abertas, constatou-se que os EES incubados realizam assembleias periódicas para tomada de decisões e os relatórios contábeis e financeiros são utilizados para auxílio. Os EES não incubados demonstraram que existem assembleias e reuniões para tomarem as decisões, entretanto, os documentos contábeis não são consultados para auxiliar nas ações.

Verificou-se que os membros do EES incubados têm uma mentalidade, a respeito do uso da contabilidade na autogestão, um pouco mais homogeneizada. Os membros dos EES não incubados, por conta de posições controversas a respeito, têm mentalidade mais diversificada sobre o uso da contabilidade na autogestão. Isso demonstra, empiricamente, que os EES incubados possuem uma ideia um pouco mais clara do papel da contabilidade.

Por fim, constatou-se que a incubadora social é fundamental para os EES de reciclagem de lixo, já que os EES por ela incubados deram melhores resultados em relação aos fatores contábeis, objeto de comparação deste trabalho. A incubadora social é, geralmente, vinculada a faculdades e universidades, sejam públicas ou privadas, e, portanto, utilizam de conhecimentos diversos por meio de ensino-extensão. Em relação a esta pesquisa, observou-se, com os resultados, que, de fato, existem melhores possibilidades e oportunidades os EES que, por ela, estão adjuntos.

O trabalho conseguiu analisar a proposta da pesquisa, que foi obter a percepção da contabilidade nos contextos propostos e, apesar das limitações, evidenciou de certa forma, a realidade das amostras aos gerar e estudar uma comparabilidade dos resultados. Para futuras pesquisas, sugere-se aumentar a amostra, analisar outros ramos de EES e/ou usar outros métodos, como o grupo focal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. A. de; DANTAS, F. J. Contabilidade e Inclusão Social: análise das demandas contábeis suscitadas pelos empreendimentos solidários. In: III ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos**, São Paulo: USP, 2005. Disponível em: http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol /Publicacoes/Anais%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Pri-12.htm. Acesso em:14 mai. 2014.

_____. **Contabilidade e Autogestão –** Um Estudo sobre a Dimensão Contábil nos Processos de Autogestão dos Empreendimentos de Economia Solidária. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

AMORIM, A. N. **Economia Solidária –** princípios e contradições. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ANDRADA, C. F. **Trabalho e política no cotidiano da autogestão:** o caso da rede Justa Trama. 2013. 217 f. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ARRUDA, M. Socioeconomia Solidária. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, p. 32-55, 2003.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES – ANPROTEC. *Incubadoras de Empresas, Parques Tecnológicos e Arranjos Produtivos Inovadores.* Agenda das Cidades Empreendedoras e inovadoras. Ideias e propostas para prefeitos. Brasília: ANPROTEC, 2009. Disponível em: <http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/anprotec _agendadascidades_pdf_33.pdf>. Acesso em: 03 Jun. 2014.

AZERÊDO, R. F. **Contabilidade e Economia Solidária:** uma contribuição à autogestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários. João Pessoa. 2012. Monografia (graduação). Departamento de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BAPTISTA, L. L. **A qualidade de vida no trabalho na fronteira entre a autogestão e heterogestão:** um estudo de caso qualitativo na cooperativa Cotravic. 2012. 255 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARRETO, R. de O.; DE PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade da inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 7, no 2, artigo 2, 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema nacional de informações em economia solidária (SIES). **Atlas da economia solidária no Brasil 2005/2007**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#>.Acesso em: 10 jun. 2014.

BRAZIL, K. N. L.; CORREIA de MOURA, A. O.; CUNHA, E. V. da. Práticas de Economia Solidária: incubando uma Cooperativa de Crédito Solidário. In: ENAPEGS, 06º, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: ENAPEGS, 2012. Disponível em: < http://anaisenapegs. com.br/2012/dmdocuments/328.pdf>. Acesso em: 01 Jun. 2014.

BRESSAN, F. **O método de estudo de caso.** Disponível em: < http://www.fecap.br/a dm_online/art11/flavio.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2014.

CAVALCANTE, Â. Economia Solidária: história, interpretações e possibilidades. In: LUCENA, A. F. de; CARVALHO, C. R. R.; VIEIRA, N. de M. (Org.). **Cooperação e Inclusão Social.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, p. 113-135, 2011.

CORAGGIO, J. L. **Desarrollo humano, economia popular y educación.** Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 1995.

_____. Economia do trabalho. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, p. 120-127, 2009.

COSTA, R. P. Economia Solidária e Contabilidade. In: III CONGRESSO DA REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2011, Porto Alegre. **Anais**, Porto Alegre: II Congresso de ITCPs, 2011.

CULTI, M. N.; KOYAMA, A. H.; TRINDADE, M. **Economia Solidária no Brasil.** Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DIAS, T. F. **Gestão social em empreendimentos econômicos solidários:** uma abordagem no Oeste Potiguar. 2011. 229 f. Tese (Doutorado). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Administrativas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2011.

DINIZ, C. R.; DA SILVA, I. B**. Metodologia Científica.** Campina Grande; Natal: UEPB-UFRN – EDUEP, 2008. Disponível em: < http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/metodologia_cientifica/Met_Cie_A04_M_WEB_310708.pdf>. Acessado em: 11 de junho de 2014.

DOURADO, L. F.; DUARTE, M. R. T. **Progestão:** como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? Módulo II. MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros (Coord.). Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

DUBEUX, A. M. C. **Education, Travail et Economie Solidaire:** le cas des incubateurs technologiques de cooperatives populaires au Brésil. 2004. 518 p. Tese (Doutorado). Institut d'etudes du developpement economique et social (IEDES), Université de Paris I – Pantheon Sorbonne, Paris, 2004.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1987.

FRANÇA-FILHO, G. C.; LAVILLE, J.-L. **Economia Solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

GAIGER, L. I.; LAVILLE, J.-L. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (Org.). **Dicionário Internacional de Outra Economia.** São Paulo: Almedina Brasil, p. 162-168, 2009.

GONZALEZ, R. S. **O método comparativo e a ciência política.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 2, n. 1, Janeiro-Junho, 2008.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia Popular. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, p. 150-155, 2009.

INCUBADORA SOCIAL – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008. Disponível em: < http://www.incubadorasocial.ufg.br/pages/46327-historico>. Acesso em: 25 maio 2014.

LAPORTE, A. L. A. de. **Políticas federais e movimento de economia solidária:** ações de formação no estado de São Paulo. 2013. 128 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LAVILLE, J.-L. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, p. 310-314, 2009.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: II SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2002, Campinas. **Anais,** Unicamp, 2002. Disponível em: <http://www.unisinos.br/blogs/bib lioteca/tag/acervo-documental/>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

LIMA, J. C. Cooperativas de trabalho. In: CATTANI, A. D. *et al.* (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, p. 91-95, 2009.

LIMA, J. P. S. A contabilidade e as cooperativas populares autogestionárias – uma contribuição à democratização da gestão. In: **A gestão da autogestão na economia solidária:** contribuições iniciais. Organização Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo; Núcleo de Gestão da ITCP-USP. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, p. 67-73, 2007.

MARQUES, P. L. A. **Trabalho Emancipado. Empresas recuperadas pelos trabalhadores:** a experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos. 2006. 128 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

MICHAELS, V. **Contabilidade e gestão em cooperativas de produção agrícola:** uma contribuição à análise das funções da contabilidade como sistema de informações no auxílio da autogestão e formação de capital. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado). Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MILL, J. S. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria Nacional de Economia Solidária – Convênio MTE/IPEA/ANPEC. **Relatório Final.** Referências Conceituais para Ações Integradas: Uma Tipologia da Autogestão: Cooperativas e Empreendimentos de Produção Industrial Autogestionários provenientes de Massas Falidas ou em estado Pré-Falimentar. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_tipologias2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

NAMORADO, R. Cooperativismo. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, p. 96-102, 2009.

PELOSI, E. M. **Complexidade e economia solidária:** a construção de novas concepções de produção e sociabilidade – um estudo de caso de empreendimento solidário. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

POPPER, K. R. **The open society and its enemies.** Londres: Routledge y Kegan Paul, 1973. 2 v. (traduzido).

RAZETO, L. **Las organizaciones económicas populares.** Santiago de Chile: Programa de Economía del Trabajo, 1993.

SANTANA, E. W. F. de. **A utilização da informação contábil como um instrumento de controle social dos municípios paraibanos com mais de 50.000 habitantes.** 2008. 140 p. Dissertação (Mestrado). Programa Multiinstitucional e inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN.

SGUAREZI, S. B. **Autogestão e Economia Solidária:** Limites e Possibilidades. 2011. 258 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, S. A. da. **O papel social das incubadoras de empresas de Belo Horizonte:** um estudo de caso. 2010. 371 p. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010.

SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul Israel; SOUZA, André Ricardo (Org.). **A economia solidária no Brasil:** A autogestão como resposta ao desemprego. 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 45-56, 2003a.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003b.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, p. 31-38, 2003c.

_____. **Paul Singer**: depoimento [set. 2007]. Entrevistador: P. de S. Oliveira. São Paulo: IEA/USP, abr. 2008, vol. 22, n. 62. Entrevista concedida à Revista Estudos Avançados do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo-SP.

SISTEMA OCEPAR. **Sistema OCB:** mudanças vão levar ao fortalecimento institucional. Informe Paraná Cooperativo, Curitiba, no 2.853, 24 maio 2012. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistemaocepar/ comumicacao/2011-12-07-11-06-29/informe-parana-cooperativo-arquivo?start=480>. Acesso em: 08 jun. 2014.

SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Org.). **Uma outra economia é possível:** Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

TAUILE, J. R. **Trabalho, autogestão e desenvolvimento:** escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

VIEIRA, N. de M. Incubadoras Tecnológicas Populares: uma proposta metodológica para Goiás. In: LUCENA, A. F. de; CARVALHO, C. R. R.; VIEIRA, N. de M. (Org.). **Cooperação e Inclusão Social.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, p. 225-240, 2011.

YIN, R. K. **Case Study Research – Design and Methods.** Thousand Oaks: Sage Publications Inc., 1989.